BALANÇO PATRIMONIAL Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

_	Notas	2019	2018
Ativo		_	(Reapresentado)
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	242.025	293.696
Contas a receber de clientes e outros	6	419.121	382.974
Títulos e valores mobiliários	7	1.678	1.715
Instrumentos financeiros derivativos	14	502	162
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8.1	21.458	46.460
Outros tributos a recuperar	8.2	192.891	25.495
Serviços em curso		3.120	1.312
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	10	35.319	66.986
Outros ativos circulantes	_	26.563	34.527
Total do ativo circulante	-	942.677	853.327
Não circulante			
Contas a receber de clientes e outros	6	122.961	149.851
Instrumentos financeiros derivativos	14	106.723	60.811
Outros tributos a recuperar	8.2	527.064	31.303
Impostos e contribuições diferidos	9	1.207	32.271
Depósitos judiciais	18	21.423	19.797
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	29	10.911	7.290
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	11.1	1.275.794	1.072.340
Concessão do serviço público (ativo contratual)	11.2	384.178	296.122
Outros ativos não circulantes		180	5.553
Direito de uso de ativos		861	-
Intangível	12	668.442	668.497
Total do ativo não circulante	•	3.119.744	2.343.835
Ativo total	_	4.062.421	3.197.162

### BALANÇO PATRIMONIAL Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	Notas	2019	2018
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	13	238.635	221.917
Empréstimos e financiamentos	14	74.478	180.981
Debêntures	14	11.709	12.878
Passivo de arrendamento		348	-
Instrumentos financeiros derivativos	14	50	4.650
Salários e encargos a pagar	15	29.161	26.907
Encargos setoriais	16	19.186	17.585
Imposto de renda e contribuição social a recolher	17.1	546	-
Outros tributos a recolher	17.2	78.884	68.689
Dividendos e juros sobre capital próprio	20	26.386	24.304
Provisões	18	5.703	4.387
Outros passivos circulantes	19	51.583	50.598
Total do passivo circulante		536.669	612.896
Não circulante			
Fornecedores	13	19.788	18.580
Empréstimos e financiamentos	14	522.409	707.349
Debêntures	14	1.073.959	754.202
Passivo de arrendamento		886	-
Instrumentos financeiros derivativos	14	-	6
Encargos setoriais	16	20.641	17.318
Outros tributos a recolher	17.2	50	49
Provisões	18	111.851	98.642
Valores a repassar da parcela A e outros itens financeiros	10	44.518	11.208
Outros passivos não circulantes	19	679.426	10.144
Total do passivo não circulante		2.473.528	1.617.498
Datation State Mountain	00		
Patrimônio líquido Capital social	20	542.339	542.339
Reservas de capital		184.338	184.338
Reservas de lucros		314.955	99.896
Outros resultados abrangentes		10.592	(3.583)
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		10.002	143.778
Total do patrimônio líquido		1.052.224	966.768
Passivo e patrimônio líquido total		4.062.421	3.197.162
•	:		

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas _	2019	2018
			(Reapresentado)
Receita líquida	21	2.623.302	2.396.875
Custos dos serviços	_	(2.050.764)	(1.829.271)
Custos com energia elétrica	22	(1.501.538)	(1.291.389)
Custos de operação	23	(220.445)	(196.103)
Custos de construção	_	(328.781)	(341.779)
Lucro bruto		572.538	567.604
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	6	(5.199)	(12.371)
Despesas com vendas	23	(41.309)	(42.005)
Outras receitas/(despesas) gerais e administrativas	23 _	(105.044)	(133.355)
Lucro operacional		420.986	379.873
Resultado financeiro	24 _	(96.243)	(89.198)
Receitas financeiras		333.995	481.596
Despesas financeiras	_	(430.238)	(570.794)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		324.743	290.675
Imposto de renda e contribuição social	9 _	(51.624)	(48.993)
Corrente		(27.862)	(37.507)
Diferido		(23.762)	(11.486)
Lucro líquido do exercício	<del>-</del>	273.119	241.682
Lucro básico e diluído por ação do capital em – R\$:			
Ordinária		1,5888	1,4059
Preferencial A		1,7476	1,5465
Preferencial B		1,7476	1,5465

**Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN** DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	273.119	241.682
Outros resultados abrangentes		
ltens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado		
Ganho na remensuração dos planos de benefícios pós-emprego	2.950	4.088
Impostos diferidos sobre resultados abrangentes	(1.003)	(1.390)
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	1.947	2.698
ltens que serão reclassificados posteriormente para o resultado		
Ganho (perda) líquido em <i>hedge</i> de fluxo de caixa	18.528	(4.206)
Impostos diferidos sobre resultados abrangentes	(6.300)	1.430
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	12.228	(2.776)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	14.175	(78)
Total de resultado abrangente do exercício, líquido de impostos	287.294	241.604
Atribuível à:		
Acionistas controladores	262.841	221.040
Acionistas não controladores	24.453	20.564

# DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

		Rese	rva de capi	tal		Reser	va de lucros	3				
	Capital social	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Reserva especial de ágio	Outras reservas de capital	Reserva de incentivo fiscal	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Outras reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2018	542.339	4.648	179.315	375	40.664	27.833	-	238	(3.505)	60.531	-	852.438
Adoção inicial IFRS 9 / CPC 48 Aprovação dos dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(13.016)	(13.016)
propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(60.531)	-	(60.531)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	=	-	-	-	-	-	241.682	241.682
Outros resultados abrangentes												
Ganhos e perdas atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	-	-	-	2.698	-	-	2.698
Efeito hedge de fluxo de caixa, líquidos	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.776)	-	-	(2.776)
Destinações:												
Reserva de incentivo fiscal SUDENE	-	-	-	-	31.161	-	-	-	-	-	(31.161)	-
Juros sobre capital próprio Dividendos propostos	-	-	-	- -		- -	- -	- -	- -	- 143.778	(53.727) (143.778)	(53.727)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	542.339	4.648	179.315	375	71.825	27.833	-	238	(3.583)	143.778	-	966.768

		Rese	rva de capi	tal		Reserv	a de lucros					
	Capital social	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Reserva especial de ágio	Outras reservas de capital	Reserva de incentivo fiscal	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Outras reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2019	542.339	4.648	179.315	375	71.825	27.833	-	238	(3.583)	143.778	-	966.768
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(143.778)	-	(143.778)
Dividendos/JSCP prescritos	-	-	-	-	-	-	-	165	-	-	-	165
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	273.119	273.119
Outros resultados abrangentes Ganhos e perdas atuariais, líquidos Efeito <i>hedge</i> de fluxo de caixa, líquidos	-	-	-	- -	-	-	-	-	1.947 12.228	-	-	1.947 12.228
Destinações:												
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	174.674	-	-	-	(174.674)	-
Reserva de incentivo fiscal SUDENE	-	-	-	-	40.220	-	-	-	-	-	(40.220)	-
Juros sobre capital próprio Complemento dividendos mínimos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(53.790)	(53.790)
obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.435)	(4.435)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	542.339	4.648	179.315	375	112.045	27.833	174.674	403	10.592	-	-	1.052.224

### DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Elipse de seive energeional		2019	2018
Fluxo de caixa operacional Lucro líquido do exercício		273.119	241.682
Ajustes para:			
Amortização (	(*)	94.188	82.976
Valores a compensar/(repassar) da parcela A e outros itens financeiros		(17.504)	(92.931)
Imposto de renda e contribuição social		51.624	11.486
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais		95.835	95.299
Valor de reposição estimado da concessão		(45.480)	(90.690)
Perda na baixa de ativos, imobilizado, intangíveis, financeiros indenizáveis e contratuais		16.528	15.466
Provisão para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas		9.262	46.001
Perdas por redução esperada de créditos de liquidação duvidosa		5.221	12.371
Atualização monetária dos planos de benefício pós-emprego		(675)	(296)
Atualização das provisões para contingências		12.486	25.609
Atualização de títulos e valores mobiliários		(319)	(308)
Outras atualizações de receitas e despesas, líquidas		515	589
Juros incorridos passivo de arrendamento		125	-
		494.925	347.254
/ariações em:		(44.470)	(22.207)
Contas a receber de clientes e outros		(14.478)	(23.287)
IR e CSLL a recuperar		55.096	(25.011)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL		(20.662)	(8.146)
Depósitos judiciais		(389)	(865)
Despesas pagas antecipadamente		6.293	(7.299)
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros		82.481	69.885
Benefício pós-emprego e outros benefícios		- (40.000)	102
Outros ativos		(10.928)	(19.404)
		97.413	(14.025)
Fornecedores		17.926	(19.518)
Salários e encargos a pagar		2.254	(2.622)
Encargos setoriais		3.172	(6.246)
IR e CSLL a recolher		546	-
Impostos e contribuições a recolher, exceto IR e CSLL		(25.603)	33.762
Benefício pós-emprego e outros benefícios		-	(1.221)
Indenizações e contingências pagas		(7.223)	(7.050)
Outros passivos		27.775	4.952
		18.847	2.057
Encargos de dívidas pagos e liquidação de instrumentos financeiros derivativos		(105.119)	(78.051)
Pagamento de juros - arrendamentos		(125)	( ,
Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos		(28.282)	(34.813)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		477.659	222.422
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento	-	477.000	222.422
Concessão serviço público (ativo contratual)		(330.798)	(340.251)
Aplicação de títulos e valores mobiliários		(1.003)	(3.341)
Resgate de títulos e valores mobiliários		1.359	4.400
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos		(330.442)	(339.192)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos		205	398.805
Captação de debêntures		500.000	130.000
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e swap		(281.926)	(289.171)
Amortização do principal de debêntures		(220.000)	(100.000)
Deservantes de sustas de contação		(5.832)	(980)
Pagamentos de custos de captação		185	(3.594)
Depósitos em garantias			10.877
		1.209	
Depósitos em garantias		1.209 (191.819)	(83.518)
Depósitos em garantias Obrigações especiais			(83.518)
Depósitos em garantias Obrigações especiais Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio Pagamento de principal - arrendamentos Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(191.819) (910) (198.888)	(83.518) - <b>62.419</b>
Depósitos em garantias Obrigações especiais Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio Pagamento de principal - arrendamentos Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(191.819) (910)	(83.518)
Depósitos em garantias Obrigações especiais Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio Pagamento de principal - arrendamentos Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento Redução no caixa e equivalentes de caixa Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		(191.819) (910) (198.888) (51.671) 293.696	(83.518) - 62.419 (54.351) 348.047
Depósitos em garantias Obrigações especiais Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio Pagamento de principal - arrendamentos Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento Redução no caixa e equivalentes de caixa		(191.819) (910) (198.888) (51.671)	(83.518) - 62.419 (54.351)

<sup>(\*)</sup> Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS.

### DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

(		2019	2018
Receitas			
Vendas brutas de energia, serviços e outros		3.751.558	3.477.514
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duv	idosa	(5.199)	(12.371)
Flovisão para perdas esperadas de creditos de liquidação dav	nuusa	3.746.359	3.465.143
Insumos adquiridos de terceiros		3.740.359	3.403.143
Energia elétrica comprada para revenda	(*)	(1.464.758)	(1.252.051)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(*)	(187.541)	(178.014)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(*)	(478.921)	(517.541)
iviateriais, serviços de terceiros e outros	( )	(2.131.220)	(1.947.606)
Valor adicionado bruto		1.615.139	1.517.537
Depreciação e amortização	(*)	(94.188)	(82.976)
·	( )		
Valor adicionado líquido Valor adicionado recebido em transferência		1.520.951	1.434.561
Receitas financeiras	(*)	336.597	494.056
	(*)		484.956
Valor adicionado total a distribuir		1.857.548	1.919.517
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal		EE 442	47.000
Remunerações		55.443	47.822
Encargos sociais (exceto INSS)		8.972	9.683
Auxílio alimentação		8.323	6.364
Previdência privada e outros benefícios		8.913	6.848
Despesas com desligamento		1.816	6.103
Férias e 13º salário		10.752	11.139
Plano de saúde		6.878	6.326
Participação nos resultados		15.566	14.345
Administradores		2.414	1.943
(-) Transferência para ordens		(15.856)	(17.693)
Outros		1.526	665
Subtotal		104.747	93.545
Impostos, taxas e contribuições			
INSS		15.125	15.362
ICMS		649.545	593.859
PIS/COFINS		165.486	149.254
Imposto de renda e contribuição social		51.624	48.993
Obrigações intra-setoriais		164.391	201.661
Outros		2.954	3.253
Subtotal		1.049.125	1.012.382
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros e variações monetárias e cambiais		430.238	570.794
Aluguéis		319	1.114
Subtotal		430.557	571.908
Remuneração de capitais próprios		50 700	50 707
Juros sobre capital próprio		53.790	53.727
Complemento dividendos obrigatórios		4.435	- 440 770
Dividendos propostos		-	143.778
Reserva de incentivo fiscal - SUDENE		40.220	31.161
Reserva de retenção de lucro		174.674	
Adoção Inicial CPC 48			13.016
Subtotal		273.119	241.682
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO		1.857.548	1.919.517
* Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS.	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		

<sup>\*</sup> Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN, concessionária de serviço público de energia elétrica com sede em Natal - Rio Grande do Norte - Brasil, é sociedade anônima de capital aberto, listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e controlada pela Neoenergia S.A. ("NEOENERGIA"). Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de subtransmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 167 municípios do estado do Rio Grande do Norte abrangendo uma área de concessão de 53 mil km², a qual é regulada pelo contrato de concessão n° 08 com vencimento em 2027.

Adicionalmente a Companhia vem atendendo consumidores livres no estado do Rio Grande do Norte, desde 2003.

#### 2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade às normas internacionais de relatórios financeiros ("IFRS" – *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ("CPC") e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – ("CVM").

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 12 de fevereiro de 2020.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

#### 2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio em vigor na data da transação. Subsequentemente, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras na demonstração do resultado.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

#### 2.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 27 de estimativa de valor justo.

#### 2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas para a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas detalhados na nota explicativa 2.5. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas continuamente e reconhecidas prospectivamente.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- o registro da receita de fornecimento de energia e de uso da rede do sistema de distribuição não faturados (Nota 21a e 21d, respectivamente);
- (ii) o registro de provisão da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (Nota 21b);
- (iii) reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados (Nota 9);
- (iv) critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão; e cálculo da amortização do ativo intangível da concessão de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor (Notas 11 e 12);
- (v) a análise do risco de crédito para determinação das perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6);
- (vi) a definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos (Nota 27);
- (vii) reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos (Nota 18);
- (viii) reconhecimento dos valores a compensar/(repassar) da parcela A e outros itens financeiros (Nota 10); e
- (ix) reconhecimento dos custos dos planos de aposentadoria com benefícios e o valor presente da obrigação de aposentadoria, através da avaliação atuarial que envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões (Nota 29).

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

#### 2.5. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

#### a) Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

#### (i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de
  dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o
  principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de
  caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumento patrimoniais
  não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a
  Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do
  investimento em outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.
- (ii) Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa ("PPECLD")

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos mercantis, bem como aqueles mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos.

Em geral, para os demais instrumentos financeiros, a Companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada (vida toda).

#### (iii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

Os juros dos instrumentos financeiros passivos são capitalizados como parte do imobilizado se esses custos forem diretamente relacionados à um ativo qualificado.

#### (iv) Instrumentos financeiros derivativos e operações de hedge

Transações de derivativos que não são qualificados como *hedge accounting* são classificados e apresentados como *hedge* econômico, já que a Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros como uma forma de mitigar esses riscos. Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas no resultado ou no patrimônio líquido, quando a transação for elegível e caracterizada como *hedge accounting*.

A Companhia documenta no início da operação de *hedge* accounting, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa tem seu componente eficaz reconhecido no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira), quando o item protegido for efetivamente realizado. Os custos do instrumento de *hedge* são reconhecidos dentro do patrimônio líquido.

#### b) Contrato de concessão de serviços públicos

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Cosern regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição e estabelecem que:

- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização.
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão para as Distribuidoras e do Pronunciamento Técnico CPC 47(IFRS 15) – Receita de Contrato, que fornecem orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica, abrangendo:

(i) Investimentos do contrato de concessão em construção ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica são classificados como ativo de contrato;

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

- (ii) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- (iii)Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

Dessa forma, a norma requer que todos os bens que integrem a infraestrutura de distribuição de energia elétrica, classificados como ativo de contrato, devam ser bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, após a entrada em operação do investimento, ou do término da melhoria da infraestrutura.

Os juros incorridos sobre empréstimos e financiamentos também integram o custo de construção, em ambas situações.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição, é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (i) Parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão (Intangível); e
- (ii) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa (Ativo Financeiro).

#### c) Subvenções governamentais

São reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção e são posteriormente reconhecidas no resultado como "Receita de fornecimento de energia", em uma base sistemática ao longo da vida útil do ativo.

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado em uma base sistemática durante os exercícios em que as despesas correlatas são registradas.

#### d) Valores a compensar/(repassar) da parcela A

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros componentes financeiros) que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

Esses valores serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados e/ou repassados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

#### e) Impairment de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera o ativo. O valor justo é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Evidência objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo;
- Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo;
- Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia;
- O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado;
- Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
- Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence;
- Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Essa avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros e mudanças em condições de mercado, não tendo sido identificados indícios de deterioração dos seus ativos.

#### f) Benefícios a empregados

#### Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

#### Planos de benefício definido

A obrigação líquida da Companhia para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

A avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos é calculada pelo método do crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado).

As premissas econômicas e financeiras para efeitos dessa avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da Companhia.

#### q) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido ("Tributos sobre o lucro")

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 34% (25% – imposto de renda e 9% – contribuição social) sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras, em regime de competência. O reconhecimento do tributo diferido é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Os tributos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente, levando-se em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários macroeconômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro.

A apuração do imposto de renda a pagar é influenciada positivamente pelo incentivo fiscal SUDENE. O incentivo fiscal SUDENE, com validade até 2027, provê à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.

#### h) Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

#### i) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receita de construção e outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pela Companhia.

O faturamento, e respectivo reconhecimento da receita, dos serviços de distribuição de energia elétrica são efetuados de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o último faturamento anterior à data do balanço.

A receita de construção é integralmente compensada pelos custos de construção e corresponde aos investimentos da Companhia no período em ativos de contrato. Essas receitas são reconhecidas ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma:

- o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho;
- (ii) o desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; e
- (iii) o desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (enforcement) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

A Companhia utiliza-se das seguintes premissas para venda de energia na CCEE, a prévia da medição da Usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica conservadora em 3%, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do GSF de acordo com as informações disponibilizadas pela ONS (Operador Nacional do Sistema).

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

#### j) Demonstrações do Valor Adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

#### 2.6. Principais mudanças nas políticas contábeis

#### (i) IFRS 16 Leases / CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil

O CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil passou pela segunda revisão, na qual foram introduzidas as alterações trazidas pela IFRS 16 – *Leases*, que substituiu o IAS 17 – *Leases*.

Arrendamento é um contrato, ou parte de um contrato, no qual o arrendador transfere ao arrendatário, em troca de contraprestação, o direito de usar um ativo por determinado período de tempo.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários, no qual o arrendatário deve reconhecer um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado em contrapartida de um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos ao arrendador. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e o passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento a vencer, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa incremental de empréstimos e financiamentos da Companhia.

A Companhia utilizou os seguintes expedientes e isenções:

- Taxa incremental de captação de empréstimos e financiamentos;
- Não mensuração de arrendamentos de curto prazo;
- Não mensuração para itens de baixo custo, cujo o valor justo do ativo identificado é inferior a US\$ 5 mil:
- Método de abordagem de efeito cumulativo, não reapresentando suas demonstrações financeiras de períodos anteriores.

A adoção da IFRS 16 não gerou impactos relevantes nas operações da Companhia, bem como sua capacidade de cumprir com os indicadores estabelecidos nos acordos contratuais (*covenants*). Em 1º de janeiro de 2019, pela adoção da IFRS 16, a Companhia reconheceu os itens demonstrados a seguir:

	Saldos em 1º de janeiro de 2019		
	Ativo	Passivo	
Ativos de direito de uso	988	-	
Obrigações por arrendamentos mercantis operacionais	-	988	

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

### (ii) ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 - *Uncertainty over Income Tax Treatments*)

Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32/IAS 12 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32/IAS 12 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.

A Administração da Companhia conduziu análises dos tratamentos fiscais que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro, acessando seus consultores legais internos e externos a fim de identificar esses tratamentos, assim como mensurá-los e reavaliar aqueles que potencialmente poderiam expor a Companhia à riscos materialmente prováveis de perda. Ao concluir esses estudos, a Administração da Companhia avaliou que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia sofreu alteração quanto ao julgamento da probabilidade de perdas geradas por eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias.

#### 3. REAPRESENTAÇÃO DE SALDOS COMPARATIVOS

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu à reapresentação espontânea de forma retrospectiva, em seu balanço patrimonial e demonstração do resultado, divulgados em 14 de fevereiro de 2019.

As mudanças efetuadas não impactam o patrimônio líquido, o lucro líquido do exercício, a demonstração do resultado abrangente, a demonstração do fluxo de caixa e a demonstração do valor adicionado.

#### 3.1. Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018.

Ativo	Ref.	Apresentado	Reapresentações	Reapresentado
Total do ativo circulante Ativo não circulante		853.327	<u> </u>	853.327
Concessão do serviço público (ativo contratual)	(a)	-	296.122	296.122
Intangível	(a)	964.619	(296.122)	668.497
Demais ativos não circulantes não				
afetados		1.379.216	<u> </u>	1.379.216
Total do ativo não circulante		2.343.835	-	2.343.835
Total do ativo		3.197.162		3.197.162

(a) Os ativos da infraestrutura da concessão durante o período de construção, anteriormente classificado como intangível em curso, passam a ser classificados como ativos de contrato, conforme IFRS 15/ CPC 47. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.

,

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

#### 3.2. Demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2018.

	Ref.	Apresentado	Reapresentações	Reapresentado
Receita líquida		2.396.875	-	2.396.875
Custos dos serviços		(1.829.271)	-	(1.829.271)
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	(a)	·	(12.371)	(12.371)
Despesas com vendas	(a)	(54.376)	12.371	(42.005)
Outras receitas / (despesas) gerais e administrativas		(133.355)	-	(133.355)
Resultado financeiro		(89.198)	-	(89.198)
Imposto de renda e contribuição social		(48.993)		(48.993)
Lucro líquido do exercício		241.682	<u> </u>	241.682

(a) Reapresentação da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa, anteriormente classificado nas rubricas de despesas com vendas R\$ 12.371, em 2018 para uma nova abertura na demonstração dos resultados. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.

#### 4. ASSUNTOS REGULATÓRIOS

#### (i) Bandeiras tarifárias

A Resolução Normativa nº 547, de 16 de abril de 2013, criou o sistema de aplicação de bandeiras tarifárias, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015, com finalidade de repassar ao consumidor os custos adicionais de geração térmica, compra de energia no mercado de curto prazo, encargos de serviços do sistema e risco hidrológico.

Em 13 de agosto de 2018, a Resolução Normativa ANEEL nº 826, alterou as regras de repasse, conforme proposta de abertura da 2ª fase da Audiência Pública nº 61/2017, onde foi sugerido que os valores mensais dos repasses financeiros da Conta Bandeiras fossem apurados após a alocação prioritária das receitas na área de concessão que as gerou. Desse modo, as empresas devedoras passaram a aportar na CCRBT apenas as receitas excedentes. Já as empresas credoras da CCRBT passaram a receber, a título de repasse, uma parcela desse excedente, proporcional ao seu custo não coberto por seus próprios recursos. Esta alteração aloca, de forma mais eficiente, os recursos provenientes das Bandeiras Tarifárias, mitigando o subsídio cruzado entre as distribuidoras e priorizando a alocação dos recursos nas áreas de concessão de origem.

No ano de 2019, os valores dos adicionais das bandeiras tarifárias foram definidos conforme detalhamento da tabela a seguir. Assim temos: (i) de janeiro a maio, valores conforme a REH n° 2.392/2018; (ii) de junho a outubro, adicionais sob a égide da REH n° 2.551/2019; e (iii) a partir de novembro novos valores conforme REH n° 2.628/2019.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

	Até maio/2019	A partir de	A partir de novembro/2019
	REH nº 2.392/2018	REH nº 2.551/2019	REH nº 2.628/2019
Patamar	R\$/MWh	R\$/MWh	R\$/MWh
Verde	0,00	0,00	0,00
Amarela	10,00	15,00	13,43
Vermelho 1	30,00	40,00	41,69
Vermelho 2	50,00	60,00	62,43

Nos exercícios de 2019 e 2018, vigoraram as bandeiras tarifárias seguintes:

	Cor da Bandeira				
	2019	2018			
Jan	Verde	Verde			
Fev	Verde	Verde			
Mar	Verde	Verde			
Abr	Verde	Verde			
Mai	Amarela	Amarela			
Jun	Verde	Vermelha Patamar 2			
Jul	Amarela	Vermelha Patamar 2			
Ago	Vermelha Patamar 1	Vermelha Patamar 2			
Set	Vermelha Patamar 1	Vermelha Patamar 2			
Out	Amarela	Vermelha Patamar 2			
Nov	Vermelha Patamar 1	Amarela			
Dez	Amarela	Verde			

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 62.504 (R\$ 102.665 em 31 de dezembro de 2018) de bandeira tarifária, e recebeu o montante de R\$ 14.214 (R\$ 3.314 recebidos em 31 de dezembro de 2018) através da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, decorrente da apuração do *superávit* da Conta Bandeiras, criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme procedimentos definidos pela ANEEL através do PRORET, regulamentada pela REN nº 826/2018.

#### (ii) Decreto nº 9.642/2018 - Eliminação gradual de subsídios

O Decreto nº 9.642, de 27 de dezembro de 2018, alterou o artigo 1º do Decreto nº 7.891/2013, que trata da aplicação de descontos tarifários, de modo a vedar a cumulatividade de descontos sobre as tarifas de distribuição de energia elétrica, de maneira a prevalecer o que confira maior benefício ao consumidor (essa situação apenas se aplicava aos consumidores atendidos em baixa tensão como rural, com atividade de irrigação ou aquicultura realizada em horário especial da madrugada).

O decreto também determina que, a partir de 2019, nos processos de reajuste ou revisão tarifária das distribuidoras, os descontos de que trata o § 2º do referido artigo, que são aqueles aplicados aos consumidores classificados como Rural; Cooperativa de Eletrificação Rural; Serviço Público de Água, Esgoto e Saneamento; e Serviço Público de Irrigação; sejam reduzidos à razão de 20% ao ano, até que a alíquota seja zero. Os descontos atualmente conferidos aos consumidores são custeados pela Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, que repassam às distribuidoras o montante de subsídios concedidos. Com a redução desses descontos, as distribuidoras deixam gradualmente de receber recursos da CDE e passam a receber diretamente desses consumidores.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

Em 4 de abril de 2019 foi publicado o Decreto nº 9.744/2019 que alterou novamente o Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, de modo retornar à situação anterior, assim os consumidores atendidos em baixa tensão, como rural, com atividade de irrigação ou aquicultura realizada em horário especial da madrugada, volta a ter o desconto sobre a tarifa da classe rural na baixa tensão.

#### (iii) Nível contratual

De acordo com o modelo regulatório, as distribuidoras devem contratar antecipadamente 100% da energia elétrica necessária para fornecimento aos seus clientes por meio de leilões regulados pela ANEEL. Tais leilões, com apoio da CCEE, ocorrem com antecedência de um a sete anos, em relação ao início do suprimento da energia contratada. A possibilidade de contratação com antecedência de até sete anos passou a existir após a publicação do Decreto nº 9.143, de 22 de agosto de 2017.

Conforme previsto na regulamentação do setor, em especial o Decreto nº 5.163/2004, se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total de energia da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas do custo incorrido com a compra de energia excedente. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo.

Alguns fatores que fogem do controle da distribuidora e que impactam seu nível contratual são reconhecidos pelo órgão regulador como sobras involuntárias, garantindo assim seu repasse tarifário como ocorre, por exemplo, com as sobras involuntárias decorrentes da migração de clientes cativos para o Ambiente de Contratação Livre (ACL), garantidas pelo Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004.

Ao longo de 2019 a Companhia utilizou-se dos mecanismos existentes de gestão de seu portfólio de compra de energia, evidando o máxino esforço para adequação de seu nível de contratação dentro dos limites regulatórios.

#### (iv) Reajuste Tarifário Anual – IRT 2019

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.532 de 16 de abril de 2019, na 12ª reunião pública ordinária de 2019, homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Cosern, com vigência a partir de 22 de abril de 2019. O reajuste tarifário traz um efeito médio para os consumidores de 4,73%, sendo que para os consumidores da alta tensão, o reajuste ficou em 2,81% para Companhia, enquanto para os da baixa tensão, ficou 5,48% para Companhia.

#### (v) Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

As distribuidoras de energia elétrica enfrentaram ao longo dos anos de 2013 e 2014 uma significativa pressão sobre os seus resultados e dispêndios de caixa em decorrência da forte elevação dos custos da energia ocasionados pela: (i) elevação de preços no mercado de curto prazo devido a redução da oferta de contratos de energia a partir da não renovação de algumas concessões de usinas geradoras; (ii) condições hidroenergéticas desfavoráveis à época, o que culminou no despacho das usinas térmicas com preços bem mais elevados. Diante deste cenário, o Governo Federal, dentre outras medidas, permitiu o repasse às distribuidoras de recursos provenientes do fundo da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE para neutralizar esses efeitos.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

Sendo os recursos provenientes do fundo da CDE insuficientes para neutralizar a exposição das distribuidoras, foi publicado em abril de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada – CONTA ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos junto a bancos e consequente repasse às empresas distribuidoras.

Para que a CCEE pudesse iniciar a liquidação dos seus compromissos junto aos bancos, todas as distribuidoras iniciaram o repasse nas tarifas a partir do mês de seu Reajuste ou Revisão Tarifária do exercício de 2015. Sendo assim, através da Resolução Homologatória nº 2.004/15, a ANEEL homologou para a Companhia um incremento na tarifa equivalente a R\$ 9.092 por mês, estabelecendo o repasse à CCEE no período de abril de 2015 até março de 2021. Em 25 de abril de 2017, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.231, que atualiza para a Companhia o valor de incremento na tarifa para R\$ 6.982 por mês, com vigência de abril de 2017 a março de 2018, e R\$ 9.092 com vigência de abril de 2018 a março de 2020. Em 20 de março de 2019, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.521, autorizando a antecipação do final do pagamento da CDE – CONTA ACR, tendo em vista que a reserva financeira do fundo foi suficiente para antecipar o pagamento de algumas parcelas. Dessa forma, as distribuidoras somente realizaram o pagamento até agosto de 2019. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 72.741 (R\$ 102.781, em 31 de dezembro de 2018).

A CCEE vem liquidando esse compromisso financeiro com o recebimento das parcelas vinculadas ao pagamento das obrigações de cada distribuidora junto à CCEE. Essas parcelas são estabelecidas pela ANEEL para pagamento mensal de cada empresa distribuidora de energia e não possuem nenhuma vinculação com o valor de reembolso recebido por meio da operação de empréstimo captado pela CCEE. Adicionalmente, a Companhia não disponibilizou nenhuma garantia direta ou indireta para esses contratos.

#### (vi) Resolução Normativa nº 824/2018 - Mecanismo de Venda de Excedentes

A Resolução nº 824/2018 regulamentou a venda de excedentes de energia elétrica pelas distribuidoras, estabelecida no parágrafo 13 do artigo 4º da Lei nº 9.074/1995. Essa venda ocorre através do Mecanismo de Venda de Excedentes – MVE, no Ambiente de Contratação Livre – ACL, de forma centralizada no âmbito da CCEE, e é de participação facultativa pelas distribuidoras. Como compradores, podem participar geradores, autoprodutores, comercializadores, consumidores livres e consumidores especiais.

Para essa venda, é elegível a energia decorrente de sobrecontratação contratual da distribuidora, limitada a 15% de sua carga. Caso essa venda envolva montante de energia dentro da faixa de repasse tarifário, há a previsão de um componente financeiro, que visa compartilhar na tarifa dos consumidores cativos os eventuais ganhos com essa venda ou ressarci-los de eventual perda financeira, a depender do PLD realizado no exercício.

A Companhia participou deste novo mecanismo de gestão portifólio, no qual ela define o preço de venda e o montante que será ofertado no mecanismo.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

#### 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Ref.	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e depósitos bancários à vista		32.373	16.523
Certificado de Depósito Bancário (CDB)		30	198.397
Fundos de investimentos	(a)	209.622	78.776
Total de caixa e equivalentes de caixa		242.025	293.696

Em 31 de dezembro de 2019, caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

#### (a) Fundos de investimentos de caixa e equivalente de caixa

Carteira	2019	2018
BB TOP curto prazo		
Compromissadas com Lastro de Títulos Públicos	-	32.385
Títulos públicos	-	1.349
Compromissadas com Lastro de Títulos Públicos	25.933	32
BB Polo 28 FI renda fixa	25.933	33.766
Compromissadas com Lastro de Títulos Públicos	29.145	20.934
Bradesco FI RF referenciado DI Recife	29.145	20.934
Itaú curto prazo		
Compromissadas com Lastro de Títulos Públicos	43.383	5.649
Compromissadas com Lastro de Títulos Públicos	5.640	13.947
Itaú Salvador renda fixa curto prazo Fl	49.023	19.596
Compromissadas com Lastro de títulos públicos	105.521	4.480
Santander Natal renda fixa curto prazo DE FI	105.521	4.480
Total – Fundos exclusivos	209.622	78.776

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

#### 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	Ref.	2019	2018
Consumidores	(a)	566.818	555.141
Terceiros		566.805	555.131
Partes relacionadas		13	10
Comercialização de energia na CCEE	(b)	25.487	23.541
Disponibilização sistema de distribuição		13.929	10.885
Terceiros		13.929	10.885
Serviços prestados a terceiros		1.201	1.195
Serviços taxados e administrativos		2.569	2.265
Subvenções/subsídios governamentais	(c)	13.778	22.580
Outros créditos de terceiros		13.329	16.045
(-) Provisão para Perdas Esperadas de Créditos de Liquidação Duvidosa – PPECLD	(d)	(95.029)	(98.827)
Total		542.082	532.825
Circulante		419.121	382.974
Não circulante		122.961	149.851

#### (a) Consumidores

		Saldos ve	encidos	Tota	Total		Total PPECLD		<u>.D</u>	
_	Saldos vincendos	Até 90 dias	Acima de 90 dias	2019	2018	2019	2018			
Setor privado										
Residencial	44.980	70.658	25.319	140.957	126.359	(19.702)	(17.392)			
Industrial	26.836	3.700	8.160	38.696	37.334	(18.594)	(18.410)			
Comercial	40.943	16.480	9.557	66.980	64.250	(7.320)	(7.560)			
Rural	13.779	7.203	8.695	29.677	28.253	(8.076)	(7.322)			
	126.538	98.041	51.731	276.310	256.196	(53.692)	(50.684)			
Setor público										
Federal	4.647	52	130	4.829	4.826	(149)	(146)			
Estadual	89.722	3.656	4.654	98.032	119.164	(14.980)	(18.741)			
Municipal _	41.512	6.701	22.563	70.776	69.195	(20.618)	(24.086)			
	135.881	10.409	27.347	173.637	193.185	(35.747)	(42.973)			
Iluminação pública	6.254	1.497	3.003	10.754	9.082	(1.996)	(2.028)			
Serviço público	12.722	1.364	4.187	18.273	16.451	(921)	(991)			
Fornecimento não										
faturado _	87.844			87.844	80.227	(203)	(212)			
Total	369.239	111.311	86.268	566.818	555.141	(92.559)	(96.888)			
Circulante				463.637	426.313	(92.559)	(96.888)			
Não circulante				103.181	128.828	<u>-</u>	-			

As contas a receber de consumidores no ativo não circulante representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Incluem juros e multas calculados *pró-rata temporis*.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

#### (b) <u>Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE</u>

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Do total a receber junto a CCEE, o montante de R\$ 17.020 (R\$ 17.020 em 2018), compreendem as operações realizadas no período de racionamento de energia elétrica, de setembro de 2000 a dezembro de 2002, vinculadas a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. Não existe provisão sobre esse valor por entender que não há risco de não recebimento.

#### (c) Subvenções/subsídios governamentais

#### (i) Baixa renda – tarifa social:

O Governo Federal, por meio das Leis nº 12.212/10 e nº 10.438/02, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 11.174 e refere-se aos meses de novembro e dezembro de 2019 (R\$ 12.182 em 31 de dezembro de 2018).

#### (ii) CDE:

Em 17 de abril de 2019, foi emitida a Resolução Homologatória ANEEL nº 2.532/2019, aprovando o valor mensal de R\$ 7.989 a ser repassado pela Eletrobrás durante o período de abril de 2019 a março de 2020.

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 2.604 (R\$ 10.398 em 31 de dezembro de 2018) e corresponde às quotas dos meses de novembro e dezembro.

#### (d) PPECLD

	Consumidores	Outros créditos	Total
Saldos iniciais em 01 de janeiro de 2018	(75.366)	(3.593)	(78.959)
Adoção inicial IFRS 9 / CPC 48	(19.764)	42	(19.722)
Adições	(38.138)	(429)	(38.567)
Reversões	27.840	2.041	29.881
Baixa para perdas (incobráveis)	8.540		8.540
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(96.888)	(1.939)	(98.827)
Adições	(26.700)	(2.624)	(29.324)
Reversões	23.426	677	24.103
Baixa para perdas (incobráveis)	7.603	1.416	9.019
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(92.559)	(2.470)	(95.029)

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

A PPECLD foi constituída considerando como premissa o agrupamento de clientes com características similares de risco de crédito, baseada no histórico de comportamento de pagamento dentro de cada faixa de atraso do débito e classe de consumo.

No critério geral é aplicada uma matriz de risco de inadimplência com percentuais que refletem a experiência de perda de crédito histórica e a idade de vencimento das faturas, segregados por parâmetros de: (i) classe de consumo, (ii) faturas fraude, (iii) créditos parcelados, e (iv) saldos não faturados. Para os créditos vencidos há mais de 12 meses, foi considerada a expectativa de perda integral.

Além do critério geral, é realizada uma análise individualizada devido ao comportamento específico de determinados clientes em função do risco de crédito de clientes que estão em trâmite judicial e clientes com faturamentos relevantes.

#### 7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Ref.	Tipo de Aplicação	2019	2018
Aplicações Financeiras Vinculadas	(a)		•	
Santander Natal Renda Fixa		Fundo	1.678	1.715
Total		_	1.678	1.715
Circulante			1.678	1.715

<sup>(</sup>a) Referem-se, basicamente, a contas reservas, de acordo com os respectivos contratos de empréstimos e financiamentos, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Em 31 de dezembro de 2019, as garantias estavam 100% constituídas.

#### 8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E OUTROS TRIBUTOS A RECUPERAR

#### 8.1. Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	2019	2018
Imposto de Renda (IR) corrente	16.687	40.239
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente	4.771	6.221
Impostos de renda e contribuição social a recuperar	21.458	46.460

#### 8.2. Outros tributos a recuperar

	_	2019	2018
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS		52.629	50.460
Programa de Integração Social – PIS	(a)	118.897	983
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(a)	547.531	4.417
Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS		300	346
Imposto sobre Serviços – ISS		598	592
Outros tributos a recuperar	_	719.955	56.798
Circulante		192.891	25.495
Não circulante		527.064	31.303

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

(a) A Companhia constituiu, no exercício, créditos de PIS e de COFINS a recuperar de, respectivamente, R\$ 166.833 e R\$ 495.785, totalizando R\$ 662.618, como consequência da exclusão do ICMS da base de cálculo desses impostos, após sua ação judicial acerca do tema haver transitado em julgado. Ver maiores detalhes na nota explicativa nº 19.

#### 9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES E DIFERIDOS

A composição dos tributos e contribuições diferidos é a seguinte:

	Ref.	2019	2018
Imposto de renda e contribuição social diferido	(a)	(42.311)	(17.802)
Benefício fiscal da mais-valia e reversão da Provisão da Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMIPL)	(b)	43.518	50.073
Total ativo	_	1.207	32.271

#### (a) Imposto de renda e contribuição social diferido

A base de cálculo dos tributos diferidos é composta como segue:

	2019		2018		
Ativo	IR	CSLL	IR	CSLL	
Provisão para perdas esperadas de créditos de					
liquidação duvidosa	41.586	41.586	51.488	51.488	
Provisão para contingências	117.553	117.553	103.079	103.079	
Provisão agente arrecadador	2.099	2.099	2.099	2.099	
Provisão PLR	13.811	13.811	12.765	12.765	
Direito de uso da concessão receita de ultrapassagem	45.514	45.514	47.363	47.363	
Perda CCEE/Energia Livre	9.500	9.500	8.292	8.292	
Valor justo de derivativos financeiros	-	-	35	35	
Outros	916	916	220	220	
Total Diferenças Temporárias - ATIVO	230.979	230.979	225.341	225.341	
Passivo (-)					
Valor justo de derivativos financeiros	(17.451)	(17.451)	<u>-</u>	-	
Diferença entre o valor justo do ano corrente e o valor					
justo na adoção inicial	(256.762)	(256.762)	(211.281)	(211.281)	
Ajuste da quota anual de amortização	(24.694)	(24.694)	(21.653)	(21.653)	
Capitalização/(amortização) de juros de acordo com o					
IFRS	(37.636)	(37.636)	(33.657)	(33.657)	
Superávit plano previdenciário	(12.968)	(12.968)	(9.343)	(9.343)	
Custo de captação	(5.911)	(5.911)	(1.765)	(1.765)	
Total Diferenças Temporárias - PASSIVO	(355.422)	(355.422)	(277.699)	(277.699)	
Total Diferenças Temporárias - LÍQUIDO	(124.443)	(124.443)	(52.358)	(52.358)	
Alíquota de IR e CS	25%	9%	25%	9%	
Total do imposto diferido	(31.111)	(11.200)	(13.090)	(4.712)	

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) / despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

-	2019		2018	
- -	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	324.743	324.743	290.675	290.675
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	81.186	29.227	72.669	26.161
Efeito das adições/(exclusões) no cálculo do tributo:	(40.750)	(4.500)	(40.407)	(4.750)
Diferenças permanentes	(12.750)	(4.590)	(13.197)	(4.750)
Incentivos fiscais e outros	(41.501)	<del></del> _	(31.981)	91
Imposto de renda e contribuição social no exercício	26.935	24.637	27.491	21.502
Outros	(15)	67_	<u>-</u>	
Imposto de renda e contribuição social no exercício	26.920	24.704	27.491	21.502
Corrente	9.448	18.414	19.045	18.462
Recolhidos e pagos	10.481	17.801	16.478	18.335
A pagar	-	546	-	-
Compensados e deduzidos	-	-	2.651	165
Impostos antecipados a recuperar	(1.033)	67	(84)	(38)
Diferido	17.472	6.290	8.446	3.040
Imposto de renda e contribuição social do exercício	26.920	24.704	27.491	21.502
Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social	8,29%	7,61%	9,46%	7,40%

A seguir é apresentada reconciliação da receita /(despesa) dos tributos sobre a renda divulgados em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

	2019	2018
	()	()
Corrente	(27.862)	(37.507)
Diferido	(17.207)	(4.646)
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(6.555)	(6.840)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(51.624)	(48.993)

#### (b) Benefício Fiscal - mais-valia incorporado

O benefício fiscal da mais-valia incorporada refere-se ao crédito fiscal calculado sobre a mais-valia de aquisição incorporada. Com o objetivo de evitar que a amortização da mais-valia afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída uma Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMIPL).

Os registros contábeis apresentam contas específicas relacionadas com a mais-valia incorporada, provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal, correspondentes.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

Ágio - incorporado	638.018
Provisão constituída	(421.092)
Benefício fiscal	216.926
Amortização acumulada	(490.743)
Reversão acumulada	323.890
Saldos em 31 de dezembro de 2018	50.073
Amortização	(19.281)
Reversão	12.726
Saldos em 31 de dezembro de 2019	43.518

A amortização da mais-valia, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, consequentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios.

O ágio fiscal está sendo amortizado pelo exercício remanescente de exploração da concessão, desde junho de 2000, em 319 parcelas mensais e segundo a projeção anual de rentabilidade futura, conforme curva abaixo:

Ano	Fatores	Ano	Fatores	Ano	Fatores	
2020	0,02907	2023	0,02551	2026	0,02235	
2021	0,02784	2024	0,02442	2027	0,02140	
2022	0,02666	2025	0,02336			

#### 10. VALORES A COMPENSAR/(REPASSAR) DA PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS

A composição dos ativos e passivos setoriais encontra-se demonstrada a seguir:

		2019						
		Circulante						
	Ref.	Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (Passivo)	Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (Passivo)	Total líquido
CVA								
Energia	(a)	116.019	-	116.019	21.455	(7.828)	13.627	129.646
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	(b)	-	(50.080)	(50.080)	-	(9.982)	(9.982)	(60.062)
TUST		15.170	-	15.170	4.392	(3.604)	788	15.958
Neutralidade dos encargos setoriais Conta de Desenvolvimento Energético -		519	(1.311)	(792)	173	(6)	167	(625)
CDE		8.920	-	8.920	2.722	-	2.722	11.642
Outras CVA's		560	-	560	-	-	-	560
Outros Itens Financeiros								
Repasse de sobrecontratação	(c)	466	(28.136)	(27.670)	-	(9.379)	(9.379)	(37.049)
Risco hidrológico Ultrapassagem de demanda/excedente	(d)	-	(34.953)	(34.953)	-	(8.013)	(8.013)	(42.966)
reativo Compensação ref. acordos bilaterais	(e)	-	-	-	-	(35.361)	(35.361)	(35.361)
de CCEAR	(f)	6.733	-	6.733	-	-	-	6.733
Outros itens financeiros		1.412		1.412	2.237	(1.324)	913	2.325
		149.799	(114.480)	35.319	30.979	(75.497)	(44.518)	(9.199)

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

		2018							
			Circulante		Não circulante			_	
	Ref.	Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (Passivo)	Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (Passivo)	Total líquido	
CVA									
Energia	(a)	169.047	-	169.047	33.210	(7.386)	25.824	194.871	
Encargo de Serviço do Sistema – ESS	(b)	-	(67.996)	(67.996)	-	(12.443)	(12.443)	(80.439)	
TUST		9.185	-	9.185	1.694	(3.400)	(1.706)	7.479	
Neutralidade dos encargos setoriais Conta de Desenvolvimento Energético		3.101	(317)	2.784	178	(105)	73	2.857	
- CDE		2.626	(6.908)	(4.282)	875	-	875	(3.407)	
Outras CVA's		200	-	200	-	-	-	200	
Outros Itens Financeiros									
Revisão Tarifária		1.122	-	1.122	-	-	-	1.122	
Repasse de sobrecontratação	(c)	-	(7.594)	(7.594)	-	(217)	(217)	(7.811)	
Risco hidrológico	(d)	-	(35.265)	(35.265)	-	(5.978)	(5.978)	(41.243)	
Efeito das recontabilizações Ultrapassagem de demanda/excedente		-	(599)	(599)	-	-	-	(599)	
reativo Compensação ref. acordos bilaterais de	(e)	-	-	-	-	(18.475)	(18.475)	(18.475)	
CCEAR	(f)	1.211	-	1.211	-	-	-	1.211	
Ressarcimento P&D		-	(4.425)	(4.425)	-	-	-	(4.425)	
Outros itens financeiros		3.659	(61)	3.598	2.088	(1.249)	839	4.437	
		190.151	(123.165)	66.986	38.045	(49.253)	(11.208)	55.778	

#### (a) Energia

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apurou a CVA de Energia e reconheceu um ativo no valor total atualizado de R\$ 129.646 (R\$ 194.871 em 31 de dezembro de 2018), decorrente dos custos incorridos acima da cobertura tarifária ANEEL, com destaque para os eventos financeiros de contabilização da CCEE, e da amortização dos saldos homologados nos processos tarifários.

#### (b) Encargo de Serviço do Sistema - ESS

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apurou a CVA de ESS e reconheceu um passivo no valor total atualizado de R\$ 60.062 (R\$ 80.439 em 31 de dezembro de 2018), decorrente dos custos incorridos abaixo da cobertura tarifária ANEEL, e da amortização dos saldos homologados nos processos tarifários.

#### (c) Repasse de sobrecontratação

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu um ajuste financeiro passivo atualizado de sobrecontratação no valor total de R\$ 37.049 (R\$ 7.811 de ajuste financeiro passivo em 31 de dezembro de 2018) de forma a anular o efeito sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente ou com a compra da exposição de energia no mercado de curto prazo, e da amortização dos saldos homologados nos processos tarifários.

#### (d) Risco hidrológico

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantém um componente financeiro de risco hidrológico passivo no valor total atualizado de R\$ 42.966 (R\$ 41.243 de componente financeiro passivo em 31 de dezembro de 2018) decorrente da constituição da devolução da previsão de cobertura dos riscos hidrológicos, em conformidade com as regras estabelecidas pela REN 796/2017, em resultado à Audiência Pública 004/2017, e da amortização do saldo homologado pela ANEEL nos processos tarifários em 2018 e 2019.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

#### (e) <u>Ultrapassagem de demanda/excedente reativo</u>

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apurou um componente financeiro de ultrapassagem demanda/excedente reativo e reconheceu um passivo no valor total atualizado de R\$ 35.361 (R\$ 18.475 passivo em 31 de dezembro de 2018), em conformidade com o Submódulo 2.7 do PRORET.

#### (f) Compensação referente acordos bilaterais de CCEAR

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apurou um componente financeiro de compensação referente acordos bilaterais de CCEAR e reconheceu um ativo no valor total atualizado de R\$ 6.733 (R\$ 1.211 ativo em 31 de dezembro de 2018), em conformidade com as regras estabelecidas pela REN 711/16.

A movimentação dos saldos de ativos e passivos está demonstrada a seguir:

	2019	2018
Saldos iniciais	55.778	32.732
Constituição ativa (passiva)	11.706	85.397
Reversão (amortização)	(82.481)	(69.885)
Remuneração financeira setorial	5.798	7.534
Saldos finais ativo (passivo)	(9.199)	55.778

#### 11. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

#### 11.1. Concessão do serviço público (ativo financeiro)

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) está assim apresentada:

	Ref.	2019	2018
Saldos iniciais		1.072.340	821.864
Baixas		(574)	(2.178)
Reversão		2.206	-
Transferências	(a)	156.342	161.964
Atualização valor de reposição estimado da concessão	(b)	45.480	90.690
Saldos finais		1.275.794	1.072.340

- (a) Transferência do ativo contratual de R\$ 155.815 (R\$ 161.308 em 31 de dezembro de 2018), conforme nota 11.2(b), em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no período e transferências de R\$ 527 (R\$ 656 em 31 de dezembro de 2018), conforme nota 12(a), referente à remensuração de parcela de ativo financeiro e intangível.
- (b) Impactado, em 31 de dezembro de 2018, pelo ganho obtido do laudo de Revisão do 4º Ciclo, no montante de R\$ 61.279.

O valor reconhecido do ativo financeiro, as alterações no valor justo e taxas efetivas de juros, são revisados mensalmente, com base na variação do IPCA, e na revisão tarifária, que ocorre a cada cinco anos na Companhia.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão tem prazo de vigência de 30 anos, podendo ser prorrogada a exclusivo critério do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do termo final do contrato ou outra das hipóteses previstas, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

#### 11.2. Concessão do serviço público (ativo contratual)

A movimentação dos saldos referentes aos recebíveis está assim apresentada:

			Obrigaçõe	
	Ref.	Custo	Especiais	Total
Adoção inicial IFRS 15/CPC 47 (transferência do ativo				
intangível em curso)	(a)	223.927_	(604)_	223.323
Saldos em 01 de janeiro de 2018		223.927	(604)	223.323
Adições		350.903	(10.877)	340.026
Baixas		(741)	-	(741)
Transferências - intangíveis		(124.744)	3.805	(120.939)
Transferências - ativos financeiros	(b)	(167.929)	6.621	(161.308)
Transferências - outros	(c)	15.761		15.761
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (Reapresentado)		297.177	(1.055)	296.122
Adições		340.451	(3.415)	337.036
Baixas		(9.671)	-	(9.671)
Transferências - intangíveis		(99.589)	1.016	(98.573)
Transferências - ativos financeiros	(b)	(157.907)	2.092	(155.815)
Transferências - outros	(c)	15.079		15.079
Saldos em 31 de dezembro de 2019		385.540	(1.362)	384.178

- Como consequência da adoção do IFRS 15 / CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018, a (a) Companhia teve que considerar seus investimentos em expansão e melhorias da infraestrutura como ativo contratual, durante o período de construção, até a efetiva entrada em operação, quando são bifurcados em ativo financeiro e intangível. Referem-se ao direito contratual das distribuidoras de energia de receber caixa dos usuários ou do Poder Concedente pelos serviços construção ou melhoria sistema de distribuição de energia de do elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como Ativo Financeiro Indenizável ou como Ativo Intangível, conforme a forma de remuneração. Esse valor foi reapresentado em 31 de dezembro de 2018, conforme nota 3.
- (b) Transferência do ativo contratual para o ativo financeiro em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no período.
- (c) Referem-se às transferências entre obras, estoques e desativações em curso.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

#### 12. INTANGÍVEL

Por natureza, o intangível da Companhia está constituído da seguinte forma:

	Taxas anuais médias		2018			
	ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço						(Reapresentado)
Direito de uso da concessão	4,11%	1.731.965	(963.550)	(99.973)	668.442	668.497
Total		1.731.965	(963.550)	(99.973)	668.442	668.497

De acordo com o Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na subtransmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A movimentação está demonstrada a seguir:

		Em Serviço			
			Amortização	Obrigações	Valor
	Ref.	Custo	acumulada	especiais	líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2018		1.566.721	(810.599)	(117.621)	638.501
Baixas		(39.984)	28.378	-	(11.606)
Amortizações		-	(93.660)	10.684	(82.976)
Transferências - ativo contratual		124.744	-	(3.805)	120.939
Transferências para ativos financeiros	(a)	(656)	-	-	(656)
Transferências - outros		4.295	-		4.295
Saldos em 31 de dezembro de 2018		1.655.120	(875.881)	(110.742)	668.497
Baixas		(22.217)	15.934	-	(6.283)
Amortizações		-	(103.603)	10.700	(92.903)
Transferências - ativo contratual		99.589	-	(1.016)	98.573
Transferências para ativos financeiros	(a)	(527)	-	-	(527)
Transferências - outros	(b)		-	1.085	1.085
Saldos em 31 de dezembro de 2019		1.731.965	(963.550)	(99.973)	668.442

- (a) Transferência do intangível para o ativo financeiro.
- (b) Referem-se às transferências de bens destinados a alienação e devolução de obrigações especiais.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, limitados ao prazo de vencimento da concessão.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro).

A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável.

#### 13. FORNECEDORES

	2019	2018	
Energia elétrica	149.756	120.968	
Terceiros	140.928	113.117	
Partes relacionadas	8.828	7.851	
Encargos de uso da rede	17.647	26.601	
Terceiros	17.215	26.310	
Partes relacionadas	432	291	
Materiais e serviços	71.232	74.348	
Energia livre	19.788	18.580	
Total	258.423	240.497	
Circulante	238.635	221.917	
Não circulante	19.788	18.580	

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

#### 14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS **DERIVATIVOS**

### a. Composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures

#### a.1. Empréstimos e financiamentos

		2018		
Empréstimos e financiamentos	Dívida	Instrumentos financeiros derivativos	Total	Total (*)
Moeda nacional				
BANCO DO BRASIL	38.225	-	38.225	57.441
BNDES	174.313	-	174.313	227.093
CEF	5.176	-	5.176	10.311
FINEP	664	-	664	1.461
(-) Custos de transação (**)	(437)	-	(437)	(221)
(-) Depósitos em garantia	(5.540)	-	(5.540)	(5.725)
Total moeda nacional	212.401	-	212.401	290.360
Moeda nacional - circulante	72.908	-	72.908	72.825
Moeda nacional - não circulante	139.493	-	139.493	217.535
Moeda estrangeira				
ITAÚ	-	-	-	210.623
Scotia Bank	384.486	(47.131)	337.355	356.505
Opções	-	(289)	(289)	(427)
Non- Deriverable Forward – NDF	-	5	5	` 4
Total moeda estrangeira	384.486	(47.415)	337.071	566.705
Moeda estrangeira - circulante	1.570	(239)	1.331	111.629
Moeda estrangeira - não circulante	382.916	(47.176)	335.740	455.076
Total empréstimos e financiamentos	596.887	(47.415)	549.472	857.065
Empréstimos e financiamentos - circulante	74.478	(239)	74.239	184.454
Empréstimos e financiamentos - não circulante	522.409	(47.176)	475.233	672.611

<sup>(\*)</sup> Total líquido de instrumentos financeiros derivativos. (\*\*) Referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas, conforme IFRS 9/CPC 48.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

#### a.2. Debêntures

		2018		
	Instrumentos Dívida financeiros T derivativos		Total	Total (*)
Debêntures				
7ª, 8ª e 9ª emissão	1.091.143	(59.760)	1.031.383	743.571
(-) Custos de transação (**)	(5.475)		(5.475)	(1.543)
_Total debêntures	1.085.668	(59.760)	1.025.908	742.028
Debêntures - circulante	11.709	(213)	11.496	13.893
Debêntures - não circulante	1.073.959	(59.547)	1.014.412	728.135
Endividamento total	1.682.555	(107.175)	1.575.380	1.599.093
Endividamento total - circulante	86.187	(452)	85.735	198.347
Endividamento total - não circulante	1.596.368	(106.723)	1.489.645	1.400.746

<sup>(\*)</sup> Total líquido de instrumentos financeiros derivativos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a taxa efetiva média de captação da Companhia é de 6,20% a.a. (7,33% no exercício findo em 31 de dezembro de 2018).

#### b. Mutações de saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures

Em auxílio à demonstração do fluxo de caixa, segue abaixo a conciliação de passivos resultantes das atividades de financiamento em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

			Fluxo de caixa				
-	2018	Captações	Amortizações de principal	Pagamento de juros	Pagamento de custo de captação	Alterações em não caixa (*)	2019
Empréstimos e financiamentos	857.065	205	(281.926)	(49.701)	(338)	24.167	549.472
Debêntures	742.028	500.000	(220.000)	(55.418)	(5.494)	64.792	1.025.908
			Fluxo de caixa				
_	2017	Captaçõe s	Amortizações de principal	Pagamento de juros	Pagamento de custo de captação	Alterações em não caixa (*)	2018
Empréstimos e financiamentos	734.529	398.805	(289.171)	(37.754)	(299)	50.955	857.065
Debêntures	695.908	130.000	(100.000)	(40.297)	(681)	57.098	742.028

<sup>(\*)</sup> São considerados como alterações que não afetam o caixa, a apropriação dos encargos financeiros, variação monetária e cambial, derivativos, marcação a mercado, movimentações de depósitos em garantia e baixa dos custos de transação, referentes a dívidas e instrumentos financeiros derivativos.

<sup>(\*\*)</sup> Referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas, conforme IFRS 9/CPC 48.

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

# b.1. Empréstimos e financiamentos

A mutação dos empréstimos e financiamentos e dos seus respectivos instrumentos financeiros derivativos é a seguinte:

	Moeda nacional		Moeda e	estrangeira	
	Passivo	Passivo não	Passivo	Passivo não	
	circulante	circulante	circulante	circulante	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2018	83.556	251.219	198.749	201.005	734.529
Ingressos	8.559	40.247	-	349.999	398.805
Encargos	19.082	-	18.869	-	37.951
Variação monetária e cambial	939	3.502	66.158	32.229	102.828
Derivativos	-	-	(59.067)	(32.931)	(91.998)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	13	5.328	5.341
Transferências	79.362	(79.362)	100.554	(100.554)	-
Amortizações de principal	(93.088)	-	(195.363)	-	(289.171)
Pagamentos de custo de captação	(97)	(202)	-	-	(299)
Pagamentos de juros e outras variações					
monetárias e cambiais líquidas	(19.470)	-	(18.284)	-	(37.754)
<ul><li>(-) Mov. depósitos em garantia</li></ul>	(5.725)	2.131	-	-	(3.594)
<ul><li>(-) Custos de transação</li></ul>	427				427
Saldos em 31 de dezembro de 2018	72.825	217.535	111.629	455.076	857.065
Ingressos	43	162	-	-	205
Encargos	15.162	-	15.819	-	30.981
Variação monetária e cambial	987	3.125	2.327	15.503	21.942
Derivativos	-	-	6.113	(15.506)	(9.393)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	(1.003)	(18.667)	(19.670)
Transferências	80.905	(80.905)	100.666	(100.666)	-
Amortizações de principal	(55.348)	-	(226.578)	-	(281.926)
Pagamentos de custo de captação	(108)	(230)	-	-	(338)
Pagamentos de juros e outras					
variações monetárias e cambiais líquidas	(42.059)	-	(7.642)	-	(49.701)
<ul><li>(-) Mov. depósitos em garantia</li></ul>	185	-	-	-	185
(-) Custos de transação	316	(194)			122
Saldos em 31 de dezembro de 2019	72.908	139.493	1.331	335.740	549.472

A seguir apresentamos as captações efetuadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

Modalidade	Vencimento	Indexadores	Valor Captado
Contratos de Dívida no Mercado Nacional Financiamento Total	15/05/2023	TJLP	205 <b>205</b>

Além do indexador mencionado acima, as captações realizadas no exercício incorreram em *spreads* estabelecidos contratualmente nas negociações realizadas com os financiadores.

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

# b.2. <u>Debêntures</u>

A mutação das debêntures e dos seus respectivos instrumentos financeiros derivativos é a seguinte:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2018	110.182	585.726	695.908
Ingressos	-	130.000	130.000
Encargos	39.666	-	39.666
Variação monetária e cambial	348	15.995	16.343
Derivativos	2.113	(4.060)	(1.947)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	(5.356)	(5.356)
Transferências	(1.556)	1.556	-
Amortizações de principal	(100.000)	-	(100.000)
Pagamentos de custo de captação	(144)	(537)	(681)
Pagamentos de juros	(40.297)	-	(40.297)
(-) Custos de transação	3.581	4.811	8.392
Saldos em 31 de dezembro de 2018	13.893	728.135	742.028
Ingressos	-	500.000	500.000
Encargos	50.232	-	50.232
Variação monetária e cambial	380	21.880	22.260
Derivativos	2.914	(14.402)	(11.488)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	2.226	2.226
Transferências	218.742	(218.742)	-
Amortizações de principal	(220.000)	-	(220.000)
Pagamentos de custo de captação	(809)	(4.685)	(5.494)
Pagamentos de juros	(55.418)	-	(55.418)
(-) Custos de transação	1.562		1.562
Saldos em 31 de dezembro de 2019	11.496	1.014.412	1.025.908

A seguir apresentamos as emissões de debêntures do exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

Emissão	Vencimento	Indexadores	Valor Captado
9 <sup>a</sup>	17/04/2026	IPCA + 4,2542%	179.500
9 <sup>a</sup>	17/04/2029	IPCA + 4,4986%	38.500
9 <sup>a</sup>	17/04/2024	107,25% CDI	282.000
Total			500.000

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

# c. Cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos e debêntures

# c.1. Empréstimos e financiamentos

O cronograma de amortização dos empréstimos e financiamentos são conforme tabela a seguir:

		2019	
	Dívida	Custos transação	Total líquido
2021	67.605	(126)	67.479
2022	214.281	(72)	214.209
2023	199.975	(30)	199.945
2024	7.059	(1)	7.058
2025	800		800
Total obrigações	489.720	(229)	489.491
Marcação a mercado			(14.258)
Total			475.233

#### c.2. <u>Debêntures</u>

O cronograma de amortização das debêntures são conforme tabela a seguir:

		2019	
	\ <u>-</u>	Custos	
	Debêntures	_transação_	Total líquido
2021	-	(1.115)	(1.115)
2022	349.251	(1.138)	348.113
2023	67.896	(1.089)	66.807
2024	384.163	(552)	383.611
2025	-	(367)	(367)
Após 2025	220.709	(216)	220.493
Total obrigações	1.022.019	(4.477)	1.017.542
Marcação a mercado	·		(3.130)
Total			1.014.412

As debêntures são garantidas por aval da controladora Neoenergia S.A.

# d. Condições restritivas financeiras (covenants)

Alguns contratos de dívida da Companhia contêm cláusulas de *covenants*. Os principais *covenants* da Companhia obrigam a manter certos índices, como a dívida sobre o EBITDA (LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) e de cobertura de juros, apurados com base nas demonstrações financeiras da Companhia ou Consolidadas da Neoenergia S.A. ("Controladora"). Os principais parâmetros estão listados abaixo:

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

# Consolidado da controladora Neoenergia:

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 4;
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 1,5 ou 2.

# Companhia:

• Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 4.

# e. Garantias dos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures

Modalidade	Encargos financeiros anuais	Vencimento	Garantias	Valor de principal	Saldo em 2019
Financiamento	3,00% a 6,00% / TJLP + 1,59% a 2,70% / SELIC + 2,09% a 2,53%	2020 a 2025	Garantia Real / Quirografária	179.742	174.195
Debêntures Infra	IPCA + 4,2542% a 4,9772%	2022 a 2029	Quirografária	758.481	743.647
Debêntures Estruturais	107,25% do CDI	2024	Quirografária	282.000	282.261
Empréstimo	108,00% a 110,00% do CDI	2021 a 2023	Quirografária	420.917	375.277
Total					1.575.380

### 15. SALARIOS E ENCARGOS A PAGAR

	2019	2018
Salários	715	644
Encargos sociais	1.762	1.244
Provisões de férias e 13º	5.541	5.261
Encargos sobre provisões de férias e 13º	2.707	2.674
Provisão para participação nos lucros e resultados	15.659	14.368
Outros	2.777	2.716
Total	29.161	26.907

# **16. ENCARGOS SETORIAIS**

	2019	2018
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	-	2.854
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	1.127	849
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	563	685
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	17.867	18.072
Programa de Eficientização Energética – PEE	17.456	12.214
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE	245	229
Encargos Setoriais - Outros CCRBT	2.569	-
Total	39.827	34.903
Circulante	19.186	17.585
Não circulante	20.641	17.318

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

### (a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica.

### (b) Programas de Eficientização Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas, líquido dos valores aplicados nos respectivos programas. Mensalmente o P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

### (c) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

#### (d) Encargos Setoriais - Outros CCRBT

Valor estimado de repasse, referente aos recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias que serão revertidos à Conta Centralizadora, criada pelo Decreto nº 8.401 de 04 de fevereiro de 2015. Essa estimativa leva em consideração, também, o montante referente ao efeito da aplicação das bandeiras tarifárias no cálculo da provisão da receita não faturada, quando aplicável.

# 17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E OUTROS TRIBUTOS A RECOLHER

# 17.1. Imposto de Renda e Contribuição Social a Recolher

	2019
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	546
Total	546

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

#### 17.2. Outros Tributos a Recolher

	2019	2018
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	56.820	49.499
Programa de Integração Social - PIS	2.323	1.501
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	10.489	7.002
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	1.409	1.468
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	515	440
Imposto sobre Serviços - ISS	371	283
Impostos e contribuições retidos na fonte	6.794	8.118
Outros	213	427
Outros Tributos a Recolher	78.934	68.738
Circulante	78.884	68.689
Não circulante	50	49

### 18. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

#### Provisões

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Para constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável.

O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

As provisões estão compostas como segue:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2018	26.554	7.915	4.000	38.469
Adição	39.546	8.985	38	48.569
Reversões por ganho	(768)	(1.534)	(266)	(2.568)
Reversões por pagamentos/indenizações	(764)	(6.284)	(2)	(7.050)
Atualização	1 <del>7</del> .136	8.362	111	25.609
Saldos em 31 de dezembro de 2018	81.704	17.444	3.881	103.029
Adição	5.209	7.057	272	12.538
Reversões por ganho	(1.547)	(1.518)	(211)	(3.276)
Reversões por pagamentos/indenizações	(992)	(6.182)	(49)	(7.223)
Atualização	7.116	5.144	226	12.486
Saldos em 31 de dezembro de 2019	91.490	21.945	4.119	117.554
Circulante	1.207	4.489	7	5.703
Não circulante	90.283	17.456	4.112	111.851

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

#### Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo os pedidos de horas extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 31.848 (R\$ 5.320 em 31 de dezembro de 2018) em processos trabalhistas com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR), índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

### <u>Cíveis</u>

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais, entre outros. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 78.806 (R\$ 82.758 em 31 de dezembro de 2018) em processos cíveis (incluindo as causas acompanhadas no juizado especial) com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m.

### <u>Fiscais</u>

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referente a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPMF, IRPJ, IRRF, CSLL, IPTU, PIS/COFINS, entre outros.

Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 526.104 (R\$ 390.101 em 31 de dezembro de 2018) em ações tributárias de naturezas diversas com expectativa de perda possível. Neste montante, destacamos os autos de infração motivados por:

- (i) Falta de retenção do imposto de renda incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 60.704 (R\$ 39.826 em 31 de dezembro de 2018); e
- (ii) Não adição da despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 310.315 (R\$ 226.322 em 31 de dezembro de 2018).

Os consultores jurídicos da Companhia entendem que tanto o fundamento de existência da mais-valia quanto seu uso para fins de benefício são lícitos e gozam de legitimidade jurídica. Embora os últimos julgamentos na Câmara Superior de Recursos Fiscais tenham alterado o entendimento até então, passando a não reconhecer a mais-valia decorrente de privatização, os nossos consultores legais mantêm a análise e entendimento quanto à higidez da operação e benefício fiscal, uma vez que a discussão ainda será remetida ao Poder Judiciário, a quem caberá a decisão final sobre o tema.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

### Depósitos judiciais

Correlacionados às provisões e passivos contingentes, a Companhia é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingências. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Companhia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

	2019	2018
Trabalhistas	4.908	4.195
Cíveis	1.546	2.063
Fiscais	14.969	13.539
Total	21.423	19.797

#### 19. OUTROS PASSIVOS

	Ref.	2019	2018
Ressarcimento PIS e COFINS a consumidores	(a)	659.406	-
Consumidores	(b)	18.297	27.943
Caução em garantia	(c)	31.045	22.014
Adiantamentos recebidos		1.040	471
Repasse a terceiros		14.508	3.070
Outros		6.713	7.244
Total		731.009	60.742
Circulante		51.583	50.598
Não circulante		679.426	10.144

(a) Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706-PR, em sede de repercussão geral, confirmando que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que será excluído da base de cálculos dessas contribuições. Esses embargos ainda estão pendentes de julgamento.

Em setembro de 2019, transitou em julgado decisão favorável à Companhia, nos autos da Ação Declaratória nº 0801858-81.2017.4.05.8400, ajuizada em 10 de junho de 2010, que pleiteava a inexistência de relação jurídico-tributária com a União Federal no que tange à inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS e o reconhecimento do direito ao crédito relativo aos valores indevidamente recolhidos no período de 2005 a 2019, a este título devidamente atualizados pela taxa SELIC.

Amparada pelas avaliações de seus assessores jurídicos e nas melhores estimativas, a Companhia constituiu ativos de PIS e de COFINS a recuperar no total de R\$ 662.618 (vide nota explicativa nº 8.2) e passivo de R\$ 659.406, líquido de honorários de êxito no montante de R\$ 3.212 devidos aos advogados. A constituição do passivo decorre do entendimento de que os montantes a serem apropriados por meio de compensação dos créditos fiscais reconhecidos deverão ser integralmente repassados aos consumidores, nos termos das normas legais e regulamentares do setor elétrico. A Companhia adotará os procedimentos do crédito tributário de acordo com as previsões legais estabelecidas pela Receita Federal do Brasil e o repasse aos consumidores dependerá do efetivo

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e será efetuado conforme normas regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

O resumo dos impactos é apresentado a seguir:

	2019			
_	Balanço patrimonial			
	Ativo	Passivo		
Outros tributos a recuperar				
PIS e COFINS	662.618	-		
PIS e COFINS a serem restituídos a consumidores	<u> </u>	659.406		
<b>Tot</b> al	662.618	659.406		
Circulante	166 022			
Não circulante	166.833 495.785	659.406		
Nao di culante				
<u> </u>	Demonstração	do resultado		
Receita operacional bruta				
Efeito contabilizado no passivo a restituir		(444.118)		
Efeito contabilizado em tributos a recuperar		444.118		
Resultado financeiro		-		
Outras receitas financeiras				
Atualização de tributos a recuperar		218.500		
Atualização do passivo a restituir		(218.500)		
Efeito líquido no resultado		-		

A Companhia informa ainda que está levantando o total de despesas incorridas durante o período abrangido pela ação, que assim como os honorários de êxito devidos aos advogados, também deverão ser deduzidos dos valores a restituir aos consumidores, desde que autorizado pela ANEEL.

- (b) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de devolução de universalização, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.
- (c) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos de fornecedores, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços. As garantias são atualizadas mensalmente com base nos índices IGPM ou CDI, conforme previsto em contrato.

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

#### 20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### Capital social

O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de R\$ 542.339.

A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é a seguinte:

Acionistas/ Qtde Ações vs							Tc	otal
R\$	Ordinárias *	R\$	Pref. A *	R\$	Pref. B *	R\$	Ações	R\$
Neoenergia S.A.	118.992	383.963	18.739	60.468	16.063	51.831	153.794	496.262
Outros	10.754	34.700	1.867	6.024	1.659	5.353	14.280	46.077
Total	129.746	418.663	20.606	66.492	17.722	57.184	168.074	542.339

<sup>\*</sup> Lote de mil ações.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda: (i) às ações preferenciais "Classe A" prioridade na distribuição de dividendos; (ii) às ações preferenciais "Classe B", prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais "Classe A", sendo tais dividendos de ambas as classes no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

#### Lucro por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os exercícios apresentados, conforme demonstrado a seguir:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	273.119	241.682
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	168.074	168.074
Lucro básico e diluído por ação – R\$	1,62	1,44

# Reservas de capital

### a) Reserva especial de ágio

Reserva no montante de R\$ 179.315 gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação.

Em 31 de dezembro de 2019, a parcela relativa à reserva especial de ágio já realizada é de R\$ 173.408 (R\$ 166.853 em 31 de dezembro de 2018) e a disponível para capitalização é de R\$ 135.795 (R\$ 129.240 em 31 de dezembro de 2018).

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

#### Reservas de lucros

### a) Reserva de incentivo fiscal

O valor correspondente ao incentivo SUDENE contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis.

A Companhia apurou no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o valor de R\$ 40.220 (R\$ 31.161 em 31 de dezembro de 2018) de incentivo fiscal SUDENE.

### b) Reserva legal

Em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, as companhias brasileiras são requeridas ao final de cada exercício a constituir a reserva legal, que é calculada com base em 5% do lucro líquido, limitada a 20% do capital social.

#### c) Reserva de retenção de lucros

A Lei das S.A. permite às sociedades reterem parcela do lucro líquido do exercício.

# Dividendos e juros sobre capital próprio

O Conselho de Administração e/ou Assembleia de Acionistas da Companhia aprovaram a declaração de dividendos adicionais propostos e juros sobre capital próprio da seguinte forma:

		Valor	\	/alor por ação	
Deliberação	Provento	deliberado	ON	PNA	PNB
2019 AGO de 12 de abril de 2019 RCA de 28 de junho de 2019	Dividendos Adicionais JSCP - 1S19	143.778 29.900	0,8363749 0,1739314	0,9200124 0,1913246	0,9200124 0,1913246
RCA de 13 de dezembro de 2019	JSCP	23.890	0,1389706	0,1528677	0,1528677
2019		197.568			
<u>2018</u>					
AGO de 27 de março de 2018	Dividendos Adicionais	60.531	0.3521119	0.3873231	0.3873231
RCA de 28 de junho de 2018 RCA de 19 de dezembro de	JSCP - 2T	27.227	0,1583823	0,1742206	0,1742206
2018	JSCP	26.500	0,1541533	0,1695689	0,1695686
		114.258			

O estatuto social da Companhia determina a remuneração mínima aos acionistas de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. A remuneração mínima contempla os direitos dos acionistas detentores das ações preferencias "Classe B" terão direito ao recebimento de dividendos no mínimo 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

A proposta de remuneração aos acionistas foi calculada da seguinte forma:

	Ref.	2019	2018
Lucro líquido do exercício		273.119	241.682
Incentivo fiscal SUDENE		(40.220)	(31.161)
Aplicação inicial CPC 48/IFRS 9			(13.016)
Lucro líquido ajustado passível de distribuição		232.899	197.505
Remuneração mínima obrigatória (25%)		58.225	49.376
Natureza das remunerações pagas e propostas:			
Complemento dividendos obrigatórios		4.435	-
Juros sobre capital próprio		53.790	53.727
Dividendos adicionais propostos	(a)	-	143.778
Total Bruto		58.225	197.505
Imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio 15% (*)		(7.937)	(7.930)

<sup>(\*)</sup> Na parcela de acionistas imunes não ocorre a incidência de imposto de renda.

# (a) Dividendos adicionais propostos

O valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido em lei ou outro instrumento legal, ainda não aprovado em Assembleia Geral, é apresentado e destacado no patrimônio líquido. Esses dividendos excedem o mínimo obrigatório e, portanto, estarão apresentados na conta do patrimônio líquido, denominada "Dividendos adicionais propostos", até a sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária – AGO.

A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar é como segue:

	2019	2018
Saldos iniciais	24.304	1.494
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Declarados	202.003	114.258
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	(7.937)	(7.930)
Pagos no exercício	(191.819)	(83.518)
Prescritos	(165)	-
Saldos finais	26.386	24.304

Os dividendos e juros sobre o capital próprio, não reclamados no prazo de três anos, são revertidos para a Companhia.

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

### 21. RECEITA LÍQUIDA

A composição da receita líquida por natureza e suas deduções é como segue:

	Ref.	2019	2018
Fornecimento de energia	(a)	1.714.505	1.647.695
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	(b)	217.593	31.039
Mecanismo de Venda de Excedentes - MVE	(c)	12.599	-
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(d)	1.468.095	1.320.753
Valores a compensar/(repassar) da parcela A e outros		<b></b>	
itens financeiros	(e)	(70.775)	15.512
Receita de construção da infraestrutura da concessão		328.781	341.779
Outras receitas	(f)	80.760	120.736
Total receita bruta		3.751.558	3.477.514
(-) Deduções da receita bruta	(g)	(1.128.256)	(1.080.639)
Total receita operacional líquida		2.623.302	2.396.875

# (a) Fornecimento de energia

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores é a seguinte:

		MWh (*)		RS	5
	Ref.	2019	2018	2019	2018
Consumidores:					
Residencial		2.229.377	2.155.125	1.415.326	1.289.678
Industrial		296.891	316.507	177.638	177.084
Comercial		987.156	977.531	704.473	654.918
Rural		432.446	454.577	170.827	167.205
Poder público		285.577	293.183	186.994	181.318
lluminação pública		208.766	197.987	78.619	71.494
Serviço público		258.224	251.402	140.654	127.357
Consumo próprio		5.669	5.009	-	-
Fornecimento não faturado		-	-	5.049	7.996
Reclassificação da receita pela					
disponibilidade da rede elétrica -					
Consumidor cativo	(1)	-	-	(1.361.471)	(1.228.012)
Subvenção à tarifa social baixa					
renda				196.396	198.657
Total		4.704.106	4.651.321	1.714.505	1.647.695

<sup>(\*)</sup> Informações não auditadas.

<sup>(1)</sup> Em atendimento ao Despacho ANEEL n° 1.618 de 23/04/2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma "TUSD média" calculada a partir da TUSD homologada para consumidores cativos.

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

# (b) <u>Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE</u>

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

# (c) Mecanismo de Venda de Excedentes - MVE

Em 2019 iniciou um novo mecanismo com objetivo de venda de excedente de energia, onde as distribuidoras podem ofertar montante de energia a um preço que ao ser liquidado no MVE é valorado a preço de equilíbrio gerando uma receita.

# (d) Receita pela disponibilidade da rede elétrica

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente à venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

		2019	2018
Receita de uso - consumidor livre		106.624	92.741
Receita de uso - consumidor cativo	(*)	1.361.471	1.228.012
		1.468.095	1.320.753

(\*) Vide comentários nota a (1), acima.

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

# (e) Valores a compensar/(repassar) da parcela A e outros itens financeiros

	2019	2018
CVA		
Energia	(75.823)	(6.947)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	22.505	12.776
TUST	9.116	(1.847)
Neutralidade dos encargos setoriais	(3.322)	524
Outras CVA's	14.802	18.874
Outros itens financeiros		
Revisão tarifária	-	(869)
Sobrecontratação	(29.112)	(16.047)
Risco hidrológico	(792)	(12.415)
Efeito das recontabilizações	-	92
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo	(15.377)	15.775
Ressarcimento P&D	2.750	6.579
Compensação ref. acordos bilaterais de CCEAR	6.028	(1.178)
Outros itens financeiros	(1.550)	195
Total	(70.775)	15.512

# (f) Outras receitas

		2019	2018
Renda da prestação de serviços		739	692
Arrendamentos e aluguéis		22.519	18.488
Serviço taxado		2.083	1.791
Taxa de iluminação pública		-	2.338
Administração de faturas de fraudes		117	59
Multa infração consumidor		522	340
Valor de reposição estimado da concessão	(1)	45.480	90.690
Comissão serviços de terceiros	( )	9.300	6.338
Total		80.760	120.736

<sup>(1)</sup> Conforme mencionado na nota 11.1, a Companhia atualiza o ativo financeiro indenizável da concessão com base no mesmo índice de atualização da BRR (IPCA).

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

# (g) Deduções da receita bruta

	2019	2018
Impostos e contribuições		
ICMS	(649.545)	(593.859)
PIS	(55.749)	(50.702)
COFINS	(256.846)	(233.001)
ISS	(1.725)	(1.416)
Encargos setoriais	(,	()
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(134.479)	(186.178)
Programa de Eficientização Energética – PEE	(11.267)	(9.754)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e	, ,	,
Tecnológico – FNDCT	(4.507)	(3.902)
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	(2.253)	(1.951)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(4.507)	10.449
Encargos do Consumidor – PROINFA	(4.551)	(3.538)
Encargos do Consumidor – CCRBT	-	(4.221)
Taxa de Fiscalização Serviço Energia Elétrica –		
TFSEE	(2.827)	(2.566)
Total	(1.128.256)	(1.080.639)

# 22. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	MWh	(*)	R\$		
	2019	2018	2019	2018	
Energia comprada para revenda					
Ambiente de Contratação Regulado – ACR (Leilões)	3.461.098	3.170.891	(623.254)	(487.575)	
Contratos bilaterais	762.207	762.120	(160.584)	(147.703)	
Contratos por cotas de garantia física	1.347.817	1.337.414	(137.580)	(120.576)	
Cotas das usinas Angra I e Angra II	184.992	180.749	(46.848)	(44.826)	
Mercado de curto prazo	-	14.744	(242.648)	(33.890)	
PROINFA	112.921	115.631	(38.782)	(34.299)	
Ressarcimento de energia	-	-	8.261	15.643	
(-) Créditos de PIS e COFINS	-	-	133.764	121.560	
Custos variáveis		<u>-</u>	(223.323)	(398.825)	
Total	5.869.035	5.581.549	(1.330.994)	(1.130.491)	
Encargos de uso dos sistemas de distribuição					
Encargos de rede básica			(153.415)	(151.324)	
Encargos de conexão			(26.456)	(22.235)	
Encargo de Serviço do Sistema - ESS			2.425	(15.067)	
Encargos de Energia de Reserva - EER			(10.095)	10.612	
(-) Créditos de PIS e COFINS			16.997	17.116	
Total			(170.544)	(160.898)	
Total de custos com energia elétrica			(1.501.538)	(1.291.389)	

<sup>(\*)</sup> Informações não auditadas.

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

# 23. CUSTO DE OPERAÇÃO E OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

			2018			
Custos/(despesas)/receitas	_Ref	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras receitas/ (despesas) gerais e administrativas	Total	Total (Reapresentado)
Pessoal	(a)	(58.074)	(14.520)	(44.238)	(116.832)	(107.497)
Administradores		· -	· -	(3.017)	(3.017)	(2.400)
Benefício pós-emprego		-	-	· -	_	990
Material		(5.836)	(98)	(7.784)	(13.718)	(10.148)
Serviços de terceiros		(69.062)	(26.054)	(37.608)	(132.724)	(121.775)
Amortização	(b)	(79.456)	-	(13.426)	(92.882)	(81.937)
Arrendamentos e aluguéis		(29)	(110)	(148)	(287)	(1.066)
Tributos		(550)	-	(679)	(1.229)	(1.837)
Provisões líquidas - Contingências		-	-	(9.262)	(9.262)	(46.001)
Outras (despesas)/receitas	(c)	(7.438)	(527)	11.118	3.153	208
Total custos/(despesas)/receitas		(220.445)	(41.309)	(105.044)	(366.798)	(371.463)

# (a) Custo e despesa de pessoal

	2019	2018
Remunerações	(55.443)	(47.822)
Encargos sociais	(23.494)	(24.588)
Auxílio alimentação	(8.323)	(6.364)
Previdência privada e outros benefícios	(8.890)	(6.848)
Rescisões	(1.816)	(6.103)
Férias e 13º salário	(10.752)	(11.139)
Plano de saúde	(6.878)	(6.326)
Participação nos lucros e resultados	(15.566)	(14.345)
Encerramento de ordem em curso	(9)	(20)
(-) Transferências para ordens	15.856	17.693
Outros	(1.517)	(1.635)
Total	(116.832)	(107.497)

# (b) Amortização

	2019	2018
Quota de amortização no exercício	(94.188)	(82.976)
(-) Crédito PIS/COFINS	1.306	1.039
	(92.882)	(81.937)

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

# (c) Outras receitas e despesas

	2019	2018
Seguros	(878)	(813)
Doações e contribuições	(530)	(420)
Recuperação de despesa	4.101	3.147
Órgãos de classe do setor elétrico	(1.179)	(919)
Despesas de viagem	(2.893)	(1.849)
Consumo próprio de energia elétrica	(3.744)	(3.108)
Propaganda e publicidade	(807)	(937)
Alimentação	(3.263)	(3.038)
Encerramento de ordem	(4)	-
Multa contratual do consumidor	24.722	22.171
Perdas/alienação/cancelamento/desativação	(13.992)	(14.276)
Indenização danos elétricos	(1.186)	(800)
Eventos	(696)	-
Outros	3.502	1.050
Total	3.153	208

# 24. RESULTADO FINANCEIRO

	2019	2018
Receitas Financeiras		
Renda de aplicações financeiras	9.785	15.122
Juros e encargos sobre contas de energia em atraso	23.089	26.541
Variações monetárias e cambiais - Dívida	116.586	218.539
Variações monetárias e cambiais – Outras receitas	1.842	2.585
Instrumentos financeiros derivativos	169.572	203.805
Atualização de depósitos judiciais	1.237	864
Atualização do ativo financeiro setorial	5.799	7.534
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira	(2.602)	(3.360)
Outras receitas financeiras	8.687	9.966
Total	333.995	481.596
Despesas Financeiras		
Encargos de dívidas	(76.128)	(79.198)
Variações monetárias e cambiais – Dívida	(184.166)	(334.072)
Variações monetárias e cambiais – Outras despesas	(3.935)	(2.350)
Instrumentos financeiros derivativos	(126.612)	(110.175)
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	-	` (100)
IOF	(848)	(1.895)
Arrendamentos	(125)	· -
Encargos P&D/PEE	(1.752)	(1.453)
Atualização contingências	(12.486)	(25.609)
Outras despesas financeiras	(24.186)	(15.942)
Total	(430.238)	(570.794)
Resultado financeiro líquido	(96.243)	(89.198)

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

# 25. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

	Ativo/(Passivo)			Receita/(De		
COLIGADAS	Ref.	2019	2018	2019	2018	Vencimento
Compra de energia elétrica						
Baguari Geração de Energia Elétrica S.A.	(a)	(273)	(261)	(2.107)	(2.024)	2039
Norte Energia S.A.	(a)	(6.337)	(6.042)	(48.825)	(46.841)	2044
Energética Águas da Pedra	(a)	(955)	(911)	(7.362)	(7.069)	2040
Geração Céu Azul S.A.	(a)	(291)	-	(2.238)	-	2042
Calango 6 Energia Renovável S.A.	(a)	(60)	_	(535)	_	2036
Santana 1	(a)	(55)	-	(492)	-	2036
Santana 2	(a)	(41)	-	(370)	-	2036
Lagoa 1	(a)	(51)	-	(454)	-	2038
Lagoa 2	(a)	(46)	-	(413)	-	2038
Canoas	(a)	(48)	-	(428)	-	2038
Mel 2 Energia Renovável S.A.	(g)	-	-	619	577	Indeterminado
Arizona 1 Energia Renovável S.A.	(g)	-	-	858	809	Indeterminado
Cia Hidrelétrica Teles Pires	(a)	(671)	(640)	(5.204)	(4.961)	2044
		(8.828)	(7.854)	(66.951)	(59.509)	
Uso e Conexão do Sistema de Transmissão (CUST) e (CCT)	(b)					
Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.	. ,	(11)	(10)	(128)	(124)	2027
SE Narandiba S.A.		(411)	(267)	(3.142)	(2.755)	2027
Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A.		(10)	(14)	(114)	(123)	2027
j j		(432)	(291)	(3.384)	(3.002)	
Fornecimento de Energia	(g)	, ,		, ,		
SE Narandiba S.A.		1	1	10	16	Indeterminado
Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A.		12	12	79	85	Indeterminado
		13	13	89	101	
Serviços administrativos						
EnerBrasil Energias Renováveis do Brasil		-	40	2.598	3.057	Indeterminado
FASERN	(e)	2.925	7.237	(4.298)	(2.841)	Indeterminado
		2.925	7.277	(1.700)	216	
CONTROLADORES						
Serviços administrativos						
Neoenergia S.A.	(d)	7.950	12.030	(16.879)	(12.128)	2020
Banco do Brasil				-	(3.080)	Indeterminado
		7.950	12.030	(16.879)	(15.208)	
Dividendos e JSCP	(f)					
Neoenergia S.A.		(22.640)	(20.607)	-	-	
Outros Minoritários		(3.747)	(1.808)	_		
		(26.387)	(22.415)	-	-	
Empréstimos e aplicação financeira	(c)					
BB - Banco Investimento S.A.			(23.675)		10.004	2021
		-	(23.675)	-	10.004	
Total		(24.759)	(34.915)	(88.825)	(67.398)	
Circulante		(24.940)	(2.469)			
Não circulante		` 181	(32.446)			

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

- (a) Contratos de Suprimento de Energia Elétrica, no Ambiente Regulado (CCEAR), através dos leilões de energia promovidos e regulamentados pela ANEEL, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.
- (b) Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (TUST), corrigidos anualmente pela variação do IGPM.
- (c) Contratos de empréstimo, corrigidos mensalmente com base no CDI e aplicação em fundos de investimento em renda fixa (BB Polo 28). Deixou de ser parte relacionada após 01/07/2019 em função do IPO.
- (d) Contrato celebrado com a Neoenergia para prestação de garantia corporativa como avalista de instrumentos financeiros com cobrança de fee por aval e contrato de locação de imóveis, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.
- (e) Contribuições da Companhia para os fundos previdenciários dos funcionários ativos, calculados sobre as remunerações mensais junto a FASERN.
- (f) Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos e pendentes de pagamento.
- (g) Contratos de fornecimento de energia, com partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos), com valores definidos através de tarifas reguladas pela ANEEL e correção anual de acordo com reajuste de tarifas de consumo.

#### 25.1. Remunerações da administração

O montante total de remuneração dos administradores da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 3.017 (R\$ 2.400 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018), e referese aos valores registrados na contabilidade pelo regime de competência, incluídos neste montante os itens abaixo:

	2019	2018
Remuneração recorrente	3.243	1.633
Benefícios de curto prazo	(202)	880
Benefícios de longo prazo	(273)	(113)
Rescisões contratuais	249	_
Total	3.017	2.400

Os valores de benefícios de curto e longo prazo, que apresentam saldos credores nos exercícios findos em 2018 e 2019, são decorrentes de reversões de provisões constituídas em exercícios anteriores e que não tem mais expectativa de desembolso pela Companhia.

Observado o regime de caixa, a AGO, realizada em 18 de março de 2019, aprovou o montante de até R\$ 4.572 de remuneração global anual aos administradores, como limite de remuneração a ser paga no exercício de 2019. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o montante pago foi de R\$ 3.542 (R\$ 3.487 em 31 de dezembro de 2018), conforme detalhamento abaixo:

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

	2019	2018
Remuneração recorrente	1.582	1.777
Benefícios de curto prazo	906	694
Benefícios de longo prazo	805	1.016
Rescisões contratuais	249	
Total	3.542	3.487

A Companhia não mantém nenhum programa de remuneração baseada em ações aos seus empregados e/ou administradores.

#### 26. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

#### a) Considerações gerais e de políticas internas

A gestão dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política de Riscos Financeiros e na Política de Risco de Crédito do Grupo Neoenergia aprovadas pelo Conselho de Administração, além dos demais normativos financeiros.

Dentre as diretrizes previstas nessas políticas e normativos, destacam-se: proteção cambial da totalidade da dívida em moeda estrangeira; avaliação de *hedge* de taxa de juros de dívidas em moeda local; avaliação de *hedge* de desembolsos em moeda estrangeira; diversificação de instrumentos, prazos e contrapartes de dívida e alongamento do prazo médio de pagamento.

Além disso, a utilização de derivativos tem como propósito único a proteção e mitigação de riscos, de forma que é proibida a contratação de derivativos exóticos, alavancados ou com propósitos especulativos.

O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados.

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

### b) Gestão de risco de mercado

### Risco cambial

A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de dezembro de 2019, operações de *hedge* cambial para a totalidade de suas dívidas principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira.

As estratégias de *hedge* cambial são descritas no item e) "Informações complementares sobre os instrumentos derivativos".

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

### Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras.

Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

As estratégias de *hedge* de taxas de juros são descritas no item e) "Informações complementares sobre os instrumentos derivativos".

#### c) Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o *hedge* da dívida em moeda estrangeira.

O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos para as empresas do Grupo Neoenergia e tenham como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia mantém um total de aplicações no curto prazo de R\$ 242.025, sendo R\$ 209.622 em fundos exclusivos e R\$ 32.403 em outros ativos.

A tabela abaixo demonstra o valor total do fluxo de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual e utiliza para projeção do endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2019, as curvas futuras de mercado para os indexadores e moedas.

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2020	2021	2022	2023	2024	Acima de 5 anos
Passivos financeiros não derivativ	os:							
Empréstimos e financiamentos	596.887	731.609	104.960	92.365	271.380	255.935	6.145	824
Debêntures	1.085.668	1.426.416	50.832	55.626	461.906	119.633	437.296	301.123
Fornecedores	258.423	-	-	-	-	-	-	-
Swap cambial	(106.891)	(129.438)	(2.983)	5.015	(68.809)	(38.328)	(24.333)	-
Non-Deliverable Forwards (NDF)	5	5	5	-	-	-	-	-
Opções	(289)	(289)	(289)	-	-	-	-	-

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

### d) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

#### Risco de crédito de contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais.

Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência.

#### Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da política de risco de crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras com boa qualidade de crédito.

É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicado pelas agências de *rating* para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências *Moody's*, S&P ou *Fitch* para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2019.

Ratings de longo prazo em escala nacional (*)	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	Aa1	-	AA
Bank of America	-	-	AAA
BNP Paribas	-	AAA	-
Bradesco	Aa1	AAA	AAA
Caixa Econômica Federal	Aa1	AAA	AA
Citibank	-	AAA	AAA
Goldman Sachs	-	-	AAA
Itaú	A1	AAA	AAA
Santander	Aaa	AAA	-
Morgan Stanley	-	AAA	-
MUFG	-	AAA	-
Votorantim	Aa3	AAA	-
Banco J.P. Morgan S.A.	-	AAA	-
Sumitomo	-	AAA	-
Safra	Aa1	AAA	-

<sup>(\*)</sup> HSBC e Scotia bank possuem ratings apenas em escala global.

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	2019	2018
Mensurados pelo custo amortizado		_
Caixa e equivalentes de caixa	30	198.397
Títulos e valores mobiliários	1.678	1.715
Contas a receber de clientes e outros	637.111	631.652
Valores a compensar/(repassar) da parcela A e outros itens financeiros	35.319	66.986
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	241.995	95.299
Concessão do Serviço Público - Indenização	1.275.794	1.072.340

#### e) Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2019 não havia valor de margem depositado referente a posições com derivativos.

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra risco cambial, de juros e de índices de preços. Os instrumentos utilizados são *swaps*, *Non-Deliverable Forwards* (NDF) e opções de câmbio.

Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* estão detalhadas no quadro a seguir, que inclui informações sobre tipo de instrumento, valor de referência (nominal), vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores pagos/recebidos ou provisionados no exercício.

Com o objetivo de determinar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente.

### (i) Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Dólar

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes (Libor).

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a valor justo por meio do resultado:

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

**Efeito** acumulado Valor a receber/recebido Valor de referência Valor justo ou a pagar/pago Swap US\$ pré Vencimento 2019 2018 2019 vs R\$ pós 2018 2019 (Ano) 606.070 US\$155.150 2019 a 2023 Ativo (575.213)Passivo R\$ 563.076 (15)Risco de crédito 30.842 Líquido (30.842)

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados pelo valor justo por meio do resultado abrangente:

_	Valor de re	ferência		Valor ju	sto	Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
Swap US\$ pré vs R\$ pós	2019	2018	Vencimento (Ano)	2019	2018	2019
Ativo Passivo	US\$ 95.458 R\$ 351.890	US\$ 95.458 R\$ 352.567	2023	405.317 (358.186)	376.578 (363.462)	
Risco de crédito Líquido				47.131	(6) 13.110	34.021

# (ii) Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Reais indexados ao IPCA

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia pode contratar operações de *swap* para converter para o CDI as dívidas e empréstimos em R\$ atrelados ao IPCA. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em CDI e posição ativa em IPCA.

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a valor justo por meio do resultado:

	Valor de ref	erência		Valor j	usto	Valor a receber/ recebido ou a pagar/pago
Swap IPCA vs CDI	2019	2018	Vencimento (Ano)	2019	2018	2019
Ativa	R\$ 405.893	R\$ 100.931	2022 a 2024	443.848	407.834	
Passiva	R\$ 387.217	R\$ 388.231		(384.088)	(382.669)	
Risco de crédito					(112)	
Líquido				59.760	25.053	34.707

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

### (iii) Programa de hedge para desembolsos em Dólar

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF (*Non-Deliverable Forwards*) e opções para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar.

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados pelo valor justo por meio do resultado abrangente:

_	Valor de refe	erência	Vansimonts	Valor ju	usto	Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
<u>Opções</u>	2019	2018	Vencimento (Ano)	2019	2018	2019
Compra de <i>Call</i> Venda de <i>Put</i>	R\$ 485	R\$ 730	2019 a 2020	289	(4) 430	
Líquido				289	426	(137)

### (iv) Programa de hedge para desembolsos em Euro

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF (*Non-Deliverable Forwards*) para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro.

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados pelo valor justo por meio do resultado abrangente:

	Valor de re	ferência		Valor ju	ısto	Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
NDF	2019	2018	Vencimento (Ano)	2019	2018	2019
Termo EUR Líquido	€ 12	€ 23	2020	(5) (5)	(4) (4)	(1)

Efeite coumulade

#### f) Análise de sensibilidade

A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de *stress* dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado ao final do exercício.
- Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas.
- Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas.

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índices de preços que encontram-se registrados no balanço patrimonial.

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo / Nocional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em Dólar	D (1/LIOA)	Alta do	4,0307	(384.486)	(96.191)	(192.381)
Swap Ponta Ativa em Dólar	Dólar(US\$)	dólar dólar	dólar dólar	405.317	101.329	202.658
Exposição Líquida				20.831	5.138	10.277
Opções - <i>Collar</i> Item protegido: parte de desembolsos em USD	Dólar(US\$)	Queda do dólar	4,0307	(289)	(94)	(319)
Exposição Líquida				(289)	(94)	(319)
NDF Item protegido: parte de desembolsos em EUR	Euro(€)	Queda do euro	4,5305	(5)	(13)	(26)
Exposição Líquida			•	(5)	(13)	(26)

A tabela a seguir demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nocional)	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	4,4%	216.870	9.542	(2.386)	(4.771)
Passivos financeiros							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	4,4%	(323.284)	(15.268)	(3.817)	(7.634)
Swaps Dólar x CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	4,4%	(742.273)	(33.463)	(8.366)	(16.731)
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	6,3%	(768.129)	(83.952)	(12.079)	(24.158)
Swaps IPCA x CDI (Ponta Ativa)	IPCA	Alta do IPCA	6,3%	443.848	48.840	6.980	13.959
Dívida em SELIC	SELIC	Alta da SELIC	4,4%	(58.378)	(3.923)	(656)	(1.313)
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	5,1%	(89.079)	(6.399)	(1.134)	(2.267)

# 27. ESTIMATIVA A VALOR JUSTO

Para a mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado e de custo amortizado, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, investimentos financeiros, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

**Nível 1** - Preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos da Companhia;

**Nível 2** – Preços cotados com ou sem ajustes para ativos ou passivos similares com informações direta ou indiretamente em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível anterior;

Nível 3 – Ativos ou passivos com preços não observáveis no mercado.

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

		20	2019		2018		
	Nível (*)	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo		
Ativos financeiros (Circulante/Não circulante)							
Mensurados pelo custo amortizado		579.079	579.079	601.526	601.526		
Títulos e valores mobiliários		1.678	1.678	1.715	1.715		
Contas a receber de clientes e outros		542.082	542.082	532.825	532.825		
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeir	ros	35.319	35.319	66.986	66.986		
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		1.545.176	1.545.176	1.197.755	1.197.755		
Caixa e equivalentes de caixa		209.622	209.622	78.776	78.776		
Swap cambial	2	59.760	59.760	46.639	46.639		
Concessão do Serviço Público – Ativo Financeiro	3	1.275.794	1.275.794	1.072.340	1.072.340		
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado ab	rangente	47.465	47.465	14.334	14.334		
Opções	2	289	289	430	430		
Swap de taxa de juros e cambial	2	47.176	47.176	13.904	13.904		
Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)							
Mensurado pelo custo amortizado		1.541.648	1.538.730	1.270.831	1.270.247		
Fornecedores		258.423	258.423	240.497	240.497		
Empréstimos e financiamentos		596.887	595.469	659.975	659.391		
Debêntures		641.820	640.320	359.151	359.151		
Valores a repassar da parcela A e outros itens financeiros		44.518	44.518	11.208	11.208		
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		443.848	443.848	640.139	640.139		
Empréstimos e financiamentos	2		_	228.355	228.355		
Debêntures	2	443.848	443.848	407.929	407.929		
Swap cambial	2	-	-	3.855	3.855		
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado ab	rangente	50	50	801	801		
Non-Deliverable Forwards (NDF)	2	5	5	4	4		
Opções	2	-	-	4	4		
Swap de taxa de juros e cambial	2	45	45	793	793		

<sup>(\*)</sup> Refere-se à hierarquia para determinação do valor justo.

Não houve transferências entre o Nível 1 e o Nível 2, ou entre o Nível 2 e o Nível 3 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

#### Métodos e técnicas de avaliação

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos exclusivos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

#### i) Concessão do serviço público

Em função da Companhia ter classificado os respectivos ativos financeiros da concessão como mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis e não existe um mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, a Companhia entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos. A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais.

### ii) Empréstimos e financiamentos

Para os financiamentos classificados e mensurados ao custo amortizado, a Companhia entende que, por se tratarem de operações bilaterais e não possuírem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis às já apresentadas e que possam ser parâmetro à determinação de seus valores justos, os valores contábeis refletem o valor justo das operações.

Para os empréstimos classificados como mensurados a valor justo a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando as características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros da dívida.

Para as dívidas em mercado de capital, os valores justos são mensurados baseados na abordagem de mercado e seus preços de referência estão disponíveis no mercado secundário.

#### iii) Instrumentos financeiros derivativos

### Swaps cambiais e de taxas de juros

Na metodologia para cálculo do MTM da Companhia, o valor presente é calculado por meio da utilização das curvas de 100% do cupom cambial para a ponta ativa e de 100% do DI futuro da BM&F para a ponta passiva.

No caso de *swaps*, tanto o valor presente da ponta ativa quanto da ponta passiva são estimados através do desconto dos fluxos de caixa futuro. A diferença entre o valor presente da ponta ativa e da ponta passiva do *swap* gera seu valor justo.

Os ajustes ao valor justo reconhecidos no resultado, bem como as demais mutações no saldo desses ativos e passivos financeiros se encontram divulgados na nota 14.

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

### NDF - Non-Deliverable Forwards

A metodologia para cálculo da marcação de mercado dos contratos futuros de câmbio da Companhia, é conforme a seguir:

- Para compra de futuro de moeda:

$$M. Val = Notional Curr \times [1 \div m.rate - 1 \div contr.rate] \div FDt$$

- Para venda de futuro de moeda:

$$M. Val = Notional Curr \times [1 \div contr.rate - 1 \div m.rate] \div FDt$$

Onde:

Notional Curr = Notional contratado em moeda estrangeira m.rate = taxa forward da moeda estrangeira na data do fixing contratual contr.rate = taxa a termo contratada FDt = fator de desconto da data do vencimento até a data de apuração

#### Opções de moeda

Em conformidade com a política de gestão financeira do Grupo Neoenergia, a metodologia para precificação de contratos de opções de moeda considera o cálculo do valor de mercado dessas opções utilizando o modelo matemático-financeiro Black & Scholes. O valor resultante deve ser dividido entre valor intrínseco e valor no tempo, dado que cada um destes valores pode ter tratamento contábil distinto. "Collar de câmbio" é a combinação das opções acima, na qual a precificação é obtida somando-se o valor de cada uma.

### 28. COMPROMISSOS

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo para a compra de energia são como segue:

	Vigência	2021	2022	2023	2024	2025	Após 2025
Compra de Energia	De 2021 a 2030	1.202.651	1.274.236	1.326.384	1.413.476	1.525.637	9.384.015
Construção de Infraestrutura	De 2021 a 2030	360.095	394.245	353.149	417.642	417.395	2.726.343

a) Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado e foram homologados pela ANEEL, que atendem os compromissos impostos pela legislação.

A Companhia efetuou uma análise dos compromissos de energia contratados que excedem o limite de 5% de sobrecontratação, os quais eventualmente podem não ser considerados para repasse na tarifa por serem considerados voluntários. De acordo com as projeções de demanda e estimativa de preços de mercado, os resultados observados não foram considerados significativos para suas operações.

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

#### 29. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO E OUTROS BENEFÍCIOS

A Companhia patrocina dois planos de complementação de aposentadoria e pensão (Plano de Benefícios Previdenciários nº 001, estruturado na modalidade Benefício Definido – BD e Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 001, estruturado na modalidade Contribuição Definida – CD).

### Planos de Benefícios Previdenciários

A Companhia é patrocinadora da FASERN - Fundação COSERN de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal propiciar aos seus participantes, e respectivos beneficiários, uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, conforme regulamentos dos planos de benefícios a que estiverem vinculados.

O Plano BD (Benefício Definido) é um plano maduro e está fechado a novos participantes desde março/1999. Eventuais insuficiências serão de responsabilidade da patrocinadora e dos participantes.

O Plano de Benefícios Previdenciários nº 001 - Plano CD com características de contribuição definida, contemplando a renda de aposentadoria programada e os benefícios de pecúlio por morte e por invalidez. Foi implantado em 1999, com adesão de mais de 99% dos participantes ativos. Por sua característica de poupança individual, não apresenta *déficit* ou *superávit* já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes. O Plano CD ainda confere aos participantes, benefício de recomposição da reserva matemática nos casos de morte ou invalidez permanente, ocorridas durante a atividade laboral até os 62 anos de idade. Devido a essa peculiaridade, o Plano CD também é escopo de cálculos atuariais.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia contratou junto à seguradora AXA a cobertura dos riscos relacionados a estes benefícios, o que permitiu a liquidação da obrigação atuarial que vinha sendo reconhecida. A apólice de seguro tem vigência de um ano, de 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019, e durante a vigência cobre a totalidade dos riscos relacionados à recomposição da reserva matemática nos casos de morte ou invalidez permanente. A partir de 2019 e nos anos subsequentes a Companhia pretende renovar anualmente esta apólice, de acordo com a nova política adotada pelo grupo.

As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes, na paridade de 1 para 1) destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a sua admissão no plano.

As contribuições pagas ou provisionadas para o exercício foram as seguintes:

	2019	2018
Custo do intangível em curso	(505)	(585)
Despesas operacionais	(3.755)	(3.533)
	(4.260)	(4.118)

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

As principais premissas econômicas adotadas para os cálculos atuariais referentes aos exercícios de 31 de dezembro de 2019 e de 2018 foram:

	CD		BD		
<del>-</del>	2019	2018	2019	2018	
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	-	9,10%	7,41%	9,20%	
Índice estimado de aumento nominal dos salários	-	5,29%	N/A	N/A	
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	-	N/A	4,00%	4,25%	
Taxa estimada de inflação no longo prazo	-	4,25%	4,00%	4,25%	
Taxa de rotatividade esperada	-	6,66%	Nula	Nula	
Fator de capacidade	-	0,98	0,98	0,98	
Tábua biométrica de mortalidade geral	-	AT-2000 segregada por sexo, suavizada em 10%	AT-2000 ponderada (40% masculina e 60% feminina), suavizada em 10%	AT-2000 ponderada (40% masculina e 60% feminina), suavizada em 10%	
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	-	N/A	AT-2000 ponderada (40% masculina e 60% feminina), suavizada em 10%	AT-2000 ponderada (40% masculina e 60% feminina), suavizada em 10%	
Tábua biométrica de entrada em invalidez	-	Light-média	N/A	N/A	
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	-	100% na primeira elegibilidade	N/A	100% na primeira elegibilidade	

Análise de sensibilidade das premissas significativas adotadas para os cálculos atuariais referentes aos exercícios de 2019 e 2018 foram:

	BD	
Análise de sensibilidades nas hipóteses adotadas	2019	2018
Valor presente das obrigações de benefício definido		
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	98.361	88.046
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	90.319	81.400
% de impacto na obrigação de benefício definido		
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	4,43%	4,07%
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	-4,10%	-3,79%
Impacto na <i>durantion</i> média da obrigação de benefício definido		
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	9,13	8,95
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	8,60	8,50

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

Vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de pensão e benefícios de saúde pósemprego:

	Menos de 1 ano	Entre 1-2 anos	Entre 2-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Benefícios de aposentadoria - BD	8.027	7.850	22.321	32.066	70.264

Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no ativo, passivo, demonstração de resultado e resultado abrangente, relacionados aos planos previdenciários e assistencial, em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Ainda que a taxa de desconto utilizada no cálculo do passivo atuarial da COSERN tenha diminuido, verificamos um ganho relevante pela marcação a mercado dos títulos públicos que a FASERN possui marcados na curva, o que compensou o efeito de crescimento da provisão matemática. Além disso, o plano BD da FASERN ainda apresenta *superávit* com excesso a reserva de contingência (reserva especial) em seu balancete para fins PREVIC, ou seja, o valor reconhecido como ativo no balanço patrimonial da empresa é de direito da Companhia e poderá ser utilizado na forma de redução de contribuições futuras ou será reembolsável no futuro.

	2019	2018
Valor reconhecido no balanço patrimonial da empresa		
Benefícios de previdência - CD	-	_
Benefícios de previdência - BD	10.911	7.290
·	10.911	7.290
Despesas reconhecidas na demonstração de resultado líquidas de		
contribuições do empregador revertidas no ano		
Benefícios de previdência - CD	-	1.121
Benefícios de previdência - BD	671	294
·	671	1.415
Redimensionamentos atuariais reconhecidos no resultado abrangento	no exercício	
Benefícios de previdência - CD	-	57
Benefícios de previdência - BD	2.950	4.031
·	2.950	4.088

Os valores reconhecidos no resultado são os seguintes:

_	CD		BD	
	2019	2018	2019	2018
Custo do serviço passado	-	1.202	-	-
Custo do serviço corrente	-	(201)	-	-
Custo dos juros	-	(100)	671	294
Contribuições pagas pela patrocinadora	-	220	<u> </u>	_
Total incluído na receita/(despesa)	-	1.121	671	294

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

A mutação das obrigações de benefício pós-emprego em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	CD	BD
Em 01 de janeiro de 2018	(1.668)	(82.459)
Custo do serviço passado	2.032	-
Custo do serviço corrente	(201)	-
Custo dos juros	(144)	(7.803)
Contribuições dos participantes do plano	(13)	-
Benefício pago pelo plano	5	7.888
Premissas demográficas	(20)	-
Premissas financeiras	(42)	(2.543)
Experiência do plano	51	313
Em 31 de dezembro de 2018	-	(84.604)
Custo dos juros	-	(7.411)
Contribuições dos participantes do plano	-	-
Benefício pago pelo plano	-	13.734
Premissas financeiras	-	(10.900)
Experiência do plano		(5.003)
Em 31 de dezembro de 2019		(94.184)

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos exercícios apresentados é a seguinte:

	CD	BD
Em 01 de janeiro de 2018	491	120.186
Receita de juros sobre os ativos do plano	44	11.549
Redimensionamentos atuariais	67	9.382
Contribuições do empregador	220	-
Contribuições de empregados	13	-
Benefícios pagos	(5)	(7.888)
Pagamentos do custo do serviço passado dos ativos do plano	(830)	
Em 31 de dezembro de 2018		133.229
Receita de juros sobre os ativos do plano	-	11.885
Redimensionamentos atuariais	-	28.211
Benefícios pagos		(13.734)
Em 31 de dezembro de 2019		159.591

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

Os ativos dos planos de benefícios estão classificados nas seguintes categorias:

	Ativos Administrados pela FASERN				
	2019				
	BD	CD	BD	Total	
Renda fixa	149.836	_	125.864	125.864	
Renda variável	9.755	-	6.550	6.550	
Investimentos imobiliários	-	-	815	815	
Total	159.591		133.229	133.229	
Renda fixa	94%	-	94%	94%	
Renda variável	6%	-	5%	5%	
Investimentos imobiliários	0%	<u>-</u>	1%	1%	
Total	100%	_	100%	100%	

Custos esperados do plano previdenciário do benefício definido, contribuição definida para 2020:

	Plano BD	
Custo dos juros	809	
Custo total da obrigação	809	

# Outros benefícios

Além dos benefícios concedidos por intermédio dos planos de previdência complementar, a Companhia oferece outras vantagens a seus empregados, tais como: plano de saúde, auxílios refeição, transporte, funeral, creche, participação no resultado, seguro de vida, licença maternidade e capacitação/ desenvolvimento profissional, que são periodicamente negociadas por ocasião dos acordos coletivos de trabalho. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia despendeu com essas rubricas o montante de R\$ 35.168 (R\$ 30.946 em 31 de dezembro de 2018).

### 30. SEGUROS

A Companhia mantém as seguintes coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros:

		Importância	
Riscos	Data da vigência	segurada	Prêmio
Responsabilidade civil ambiental	31.05.2019 - 31.05.2020	36.000	5
Responsabilidade civil geral - operações	08.10.2019 - 08.10.2020	4.000	424
Veículos - executivo	31.05.2019 - 31.05.2020	100% FIPE	24
Veículos - operacional	31.05.2019 - 31.05.2020	700	88
Risco operacional - subestações e usinas	31.05.2019 - 31.05.2020	275.552	318
Transporte	08.10.2019 - 08.10.2020	2.000	31
D&O	23.08.2019 - 23.08.2020	150.000	168

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes, que resultaram no aumento da proteção dos ativos com a mudança da modalidade de Riscos Nomeados para a modalidade de Riscos Operacionais ("all risks").

# 31. QUESTÕES AMBIENTAIS (\*)

A Companhia pauta sua conduta pela conservação do meio ambiente e respeito à legislação ambiental, por meio de diversas ações, bem como o cumprimento de sua política socioambiental.

A Companhia capitaliza com parte do custo de um projeto, gastos referentes a demandas ambientais consubstanciada nas previsões regulamentares do setor de energia elétrica e exigências dos órgãos públicos competentes, para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos.

Na hipótese dos gastos decorrerem de convênios com ONG's e outros entes que promovem a preservação ambiental, sem, no entanto, estarem relacionados a projetos de investimentos, o gasto é apropriado ao resultado como despesa operacional.

Em 2019, destacam-se algumas ações voltadas para a sustentabilidade e à conservação ambiental:

- Compensação Ambiental Por conta da necessidade de supressão de vegetação para construções de novas redes de distribuição, construção de novas linhas de subtransmissão e subestações, no bioma Caatinga ou, eventualmente Mata Atlântica, a compensação ambiental florestal pela COSERN passou a ser realizada através da modalidade reposição florestal, sendo elaborado em 2019 um Projeto para Reposição Florestal de espécies do bioma caatinga.
- **Campanhas Ambientais** Houve durante a semana do meio ambiente a Feira da Troca de Livros, para fomentar a leitura, para promover o compartilhamento de livros e economizar a natureza com a produção de energia e celulose;

Projeto Vale Luz - é um projeto da COSERN que prevê diversos benefícios, como a troca de resíduos sólidos (metal, papel, papelão, plásticos, óleo e eletrodomésticos) por descontos na conta de energia. O projeto além de reduzir o valor da conta de energia dos moradores, ainda tem o objetivo de estimular o uso racional dos recursos naturais e minimizar os impactos negativos causados pelos resíduos no meio ambiente, estimulando a reciclagem.

Treinamento de voluntários do Programa de Voluntariado da COSERN – Neoenergia - Iberdrola; Viabilização de reunião entre a Plataforma Transforma Brasil (parceira da Neoenergia) e a Defesa Civil do RN, visando organizar a atuação de todo o corpo de voluntários do órgão para atuação na limpeza das praias;

Doação de EPI's para voluntários do Projeto #sechegaragentelimpa - relacionado à limpeza de óleo nas praias do RN;

Dia Internacional de Voluntariado Corporativo - Ação de limpeza de resíduos sólidos em trecho da praia de Ponta Negra, em Natal/RN e Ação de limpeza de resíduos sólidos na Praça Professor Antônio da Graça Machado, em Mossoró/RN.

Distribuição de garrafas para os colaboradores da empresa, reduzindo o uso de copos descartáveis em todas as localidades da COSERN.

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

- Rede Compacta - Utilização de cabos elétricos protegidos para evitar acidentes por contato com árvores, redução da necessidade de poda da arborização e melhoria do desempenho do sistema elétrico; - Gerenciamento de Resíduos - Reforma de equipamentos do sistema elétrico e recicla o óleo mineral isolante dos transformadores; reciclagem de papel; os resíduos, Classe I (perigosos) e Classe II (não perigosos) são coletados, transportados e destinados por empresas licenciadas, a fim de atender à legislação vigente.

A Companhia realiza ainda outros projetos voltados à compensação ambiental, que se encontram inseridos em programas de investimentos, e que visam reparar, atenuar ou restaurar impactos no meio ambiente, provenientes de empreendimentos da empresa.

Destacamos abaixo os recursos aplicados, de modo a atender a seus compromissos ambientais.

	Ativo		Resultado	
	2019	2018	2019	2018
Recursos aplicados*	81.595	45.433	4.591	5.380

(\*) Informação não auditada.